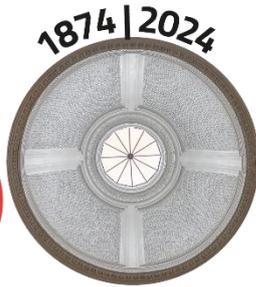


15 TJPA



Gestão 2023-2025
Des^a Presidente
Maria de Nazaré Silva
Gouveia dos Santos

BELÉM 2025



Missão:

Realizar a justiça por meio da efetiva prestação jurisdicional e do incentivo a pacificação social, com vistas ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

Visão:

Ser reconhecido como instituição acessível, confiável, célere e efetiva.

Valores:

Eficiência, Acessibilidade, Agilidade, Credibilidade, Ética, Transparência, Inovação e Sustentabilidade.

Desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos

Presidente

Desembargador Roberto Gonçalves de Moura

Vice-Presidente

Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Junior

Corregedor Geral de Justiça

Equipe Técnica

Fábio Djan Oliveira de Lima

Diretor do Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística

Luciana Sá Fernandes – Coordenadora de Gestão Estratégica

Alcimar Martins Júnior- Analista Judiciário

Kelly Regina Lima de Lima- Analista Judiciário

Fabianne Cabral Pinto de Almeida- Auxiliar Judiciário

Francisco Alexandre Lima - Analista Judiciário

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO	14
Macrodessaafios	14
Ações.....	15
1 MACRODESAFIO: GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	16
1.1 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Fortalecer as ações destinadas ao enfrentamento da judicialização da saúde.....	16
1.1.1 Promover ações para identificar os medicamentos oncológicos e não-oncológicos requisitados judicialmente.....	16
1.1.2 Implantar Projeto piloto “Falando sobre o Nat-Jus”.....	16
1.1.3 Elaborar estudos para estender a atuação do NATJus para saúde suplementar.....	17
1.2 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Fortalecer as políticas institucionais voltadas às crianças e adolescentes	17
1.2.1 Aprimorar a divulgação de orientações e informações da área da infância e juventude direcionadas a magistradas, magistrados, servidoras e servidores das comarcas do estado do Pará.....	17
1.2.2 Implementar ações voltadas à efetivação do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional e adoção.....	17
1.2.3 Fomentar e articular ações interinstitucionais no âmbito da Justiça da Infância e Juventude (área infracional) e demais parceiros do Sistema de Garantia de Direitos.....	17
1.2.4 Expandir a estrutura necessária ao depoimento especial da criança e do adolescente quando vítima ou testemunha de violência.....	18
1.3 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Promover o respeito e a valorização da diversidade humana, de modo a contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva	18
1.3.1 Implantar o Plano de Acessibilidade no âmbito do PJPA.....	18
1.3.2 Difundir a cultura de respeito aos direitos das diversidades humanas.....	19
1.3.3 Aprimorar a acessibilidade na estrutura de comunicação do PJPA.....	19
1.3.4 Implantar o Projeto Pop Rua Jud.....	19
1.4 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Fortalecer as políticas institucionais voltadas à solução de conflitos fundiários urbanos, rurais, ambientais e minerários	20
1.4.1 Promover ações para o fortalecimento da Ouvidoria Agrária	20
1.5 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Fortalecer as políticas institucionais voltadas à afirmação da igualdade de gênero	20
1.5.1 Expandir ações para fortalecer a participação feminina no PJPA.....	20
1.6 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Priorizar a pessoa idosa em situação de vulnerabilidade	21
1.6.1 Promover ações por respeito e justiça a pessoa idosa	21
2 MACRODESAFIO: FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE	23
2.1 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aprimorar a comunicação interna e externa.....	23
2.1.1 Promover orientação para magistrados e magistradas em comunicação institucional e mídias sociais.....	23
2.1.2 Elaborar Cartilha de Linguagem Simples.....	23
2.1.3 Elaborar a Política de Comunicação do Poder Judiciário do Pará.....	23

2.1.4	Promover ação de aproximação do Poder Judiciário com a Imprensa.....	23
2.1.5	Veicular produtos comunicacionais sobre o Judiciário e seus serviços à população.....	23
2.1.6	Inserir o TJPA em redes sociais digitais	24
2.1.7-	Produzir videocast com os magistrados(as).....	24
2.2	INICIATIVA ESTRATÉGICA: Fortalecer as relações interinstitucionais.....	24
2.2.1	Fomentar a Ouvidoria Itinerante junto aos jurisdicionados.	24
2.2.2	Divulgar o papel da Ouvidoria perante a sociedade.....	24
2.2.3	Promover ações visando o atendimento das demandas recebidas e ao aperfeiçoamento dos serviços prestados	25
2.2.4	Promover parcerias com as Ouvidorias do Ministério Público, Defensoria Pública e Delegacia Especializada em Violência Doméstica e Familiar para encaminhamento das demandas de sua competência.	25
2.2.6	Apoiar o programa Ação para Meninas e Mulheres do Marajó	25
3	MACRODESAFIO: AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.....	27
3.1	INICIATIVA ESTRATÉGICA: Estabelecer padrões para incrementar a produtividade no processo judicial eletrônico.....	27
3.1.1	Promover Ações Visando o Incremento da Produtividade no Processo Judicial Eletrônico.....	27
3.2	INICIATIVA ESTRATÉGICA: Otimizar a estrutura judiciária	27
3.2.1	Atualizar o Código Judiciário do Estado do Pará - Lei Nº 5.008 de 10/12/1981.	27
3.2.2	Propor alteração de competências das unidades judiciárias do primeiro grau de jurisdição.....	27
3.2.3	Propor a reorganização da estrutura das unidades judiciárias do estado do Pará.	28
3.2.4	Expandir e Incrementar os Núcleos de Justiça 4.0.	28
3.2.5	Estruturar o Grupo de Assessoramento e Suporte (GAS) do Segundo Grau de jurisdição.....	28
3.2.6	Expandir a atuação das Turmas Recursais	28
3.2.7	Elevar para 3ª Entrância as Comarcas de Ananindeua, Marabá e Santarém.....	29
3.2.8	Expandir o 2º Grau de Jurisdição	29
3.3	INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aprimorar a gestão de unidades judiciárias	29
3.3.1	Criar padrões objetivos de produtividade aos servidores do Poder Judiciário... ..	29
3.3.2	Propor reestruturação metodológica e normativa das Unidades de Processamento Judicial- UPJs.....	29
3.3.3	Implantar Soluções de Inteligência Artificial (IA) no PJPA.....	29
3.4	INICIATIVA ESTRATÉGICA: Implementar medidas visando à redução do acervo de unidades judiciárias congestionadas	30
3.4.1	Elaborar proposta normativa de gratificação por permanência em comarca de difícil provimento.....	30
3.4.2	Aprimorar o Programa de Incremento a Baixa processual (PIB)	30
3.4.3	Instituir o Prêmio de Desempenho e Inovação.	30
3.4.4	Revisar e propor novos fluxos para a execução fiscal no processo judicial eletrônico	31
3.4.5	Implantar o Mandamus no âmbito do PJPA	31
3.4.6	Implantar o PJe Docs no âmbito do PJPA.....	31
3.4.7	Implantar o Domicílio Eletrônico no âmbito do PJPA	31
4	MACRODESAFIO: ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS.....	32

4.1	INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aperfeiçoar as políticas institucionais para gestão de processos de combate à corrupção e à improbidade administrativa	32
4.1.1	<i>Celebrar Termo de Cooperação Técnica com o Ministério Público Estadual e com os Tribunais de Contas, objetivando conferir maior celeridade e eficiência ao julgamento dos feitos da Meta 4.</i>	32
4.1.2	<i>Promover ações para otimizar o julgamento das ações relativas à Meta 4.</i>	32
5	MACRODESAFIO: PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS.....	33
5.1	INICIATIVA ESTRATÉGICA: Fortalecer políticas e ações de estruturação dos CEJUSCs	33
5.1.1	<i>Propor a remuneração dos mediadores, mediadoras, conciliadores e conciliadoras externos.</i>	33
5.1.2	<i>Instalar novos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSCs.</i>	33
5.1.3	<i>Propor a instalação de novos Postos de Atendimentos de Soluções Consensuais - PASCs.</i> 33	
5.1.4	<i>Estruturar o NUPEMEC.</i>	33
5.2	INICIATIVA ESTRATÉGICA: Fortalecer políticas e ações para resolução negociada de conflitos	33
5.2.1	<i>Promover ações de capacitação e aperfeiçoamento dos mediadores e mediadoras judiciais, facilitadores e facilitadoras em justiça restaurativa.</i>	34
5.2.2	<i>Estimular meios consensuais de soluções de conflitos não judicializados e judicializados.</i>	34
5.2.3	<i>Promover o aprimoramento da estatística de atendimento dos CEJUSCs e implantação do Painel de Gestão de CEJUSCs.</i>	34
5.2.4	<i>Realizar Fórum Estadual de mediação.</i>	34
5.2.5	<i>Integrar os Sistemas GEMEC e PJe</i>	34
6	MACRODESAFIO: CONSOLIDAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS.....	35
6.1	INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aprimorar ferramentas para facilitar a identificação e gestão dos precedentes obrigatórios visando garantir a sua consolidação.	35
6.1.1	<i>Aprimorar as ferramentas informatizadas de gestão de precedentes obrigatórios.</i> 35	
6.1.2	<i>Implantar sistema de inteligência artificial para agrupamento de processos similares no âmbito da Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais – CREE, baseado no sistema “Athos” do Superior Tribunal de Justiça – STJ</i>	35
6.1.3	<i>Elaborar projeto para implantação de sistema de triagem processual no âmbito da Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais – CREE, baseado no sistema “Questionários Eletrônicos” do Superior Tribunal de Justiça – STJ</i>	36
6.1.4	<i>Integrar o TJPA aos Tribunais Superiores por meio da adesão ao Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI).</i>	36
6.2	INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aperfeiçoar mecanismos para a redução de demandas repetitivas e grandes litigantes.	36
6.2.1	<i>Propor revisão normativa quanto a precedentes judiciais obrigatórios.</i>	36
6.2.2	<i>Estruturar a Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas (COGEPAC) e do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (NUGEPNAC).</i>	36
6.2.3	<i>Propor a reestruturação do Centro de Inteligência da Justiça Estadual do Pará (CIJEPA).</i>	36
6.2.4	<i>Propor a revisão normativa referente às Turmas Recursais dos Juizados Especiais do Estado do Pará no que tange a admissibilidade dos recursos extraordinários.</i>	37

6.2.5	Implementar políticas de cooperação interinstitucional através do Programa Amigo da Justiça.....	37
6.2.6	Fomentar o gerenciamento e adequado tratamento das ações coletivas e dos precedentes judiciais.....	37
6.2.7	Aprimorar as ferramentas do Juízo de admissibilidade como apoio ao sistema de precedentes obrigatórios.....	38
6.2.8	Organizar e Coordenar o 3º Encontro Nacional dos Centros de Inteligência dos Tribunais do Poder Judiciário.....	38
7	MACRODESAFIO: PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE.....	39
7.1	INICIATIVA ESTRATÉGICA: Implantar política de sustentabilidade	39
7.1.1	Melhorar o Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS), em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.....	39
7.1.2	Elaborar projeto de Lei para criação da Coordenadoria de Gestão Sustentável do PJPA. 39	
7.1.3	Institucionalizar Projetos que Promovam a Gestão Sustentável no TJPA.	39
7.1.4	Efetivar O ODS 12 Através do Consumo Responsável de Equipamentos de Informática Inservíveis.	40
7.1.5	Implantar o projeto compra certa	40
7.1.6	Implantar o projeto oráculo.....	40
7.1.7	Promover boas práticas visando eficiência, transparência, segurança, celeridade e sustentabilidade nas contratações públicas.....	40
8	MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL.....	41
8.1	INICIATIVA ESTRATÉGICA: Enfrentar a violência doméstica e familiar, contra idosos e idosas, crianças e adolescentes e outros grupos vulneráveis	41
8.1.1	Expandir ações de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. 41	
8.2	INICIATIVA ESTRATÉGICA: Fortalecer a justiça restaurativa.....	41
8.2.1	Promover o fortalecimento das ações de Justiça Restaurativa.	41
8.2.2	Implantar o Projeto Caminho de Casa.....	42
8.3	INICIATIVA ESTRATÉGICA: Apoiar e desenvolver ações de ressocialização de apenados(as) e egressos(as)	42
8.3.1	Instalar Escritório Social em Santarém.....	42
8.3.2	Elaborar protocolo judiciário de atendimento às grávidas e lactantes privadas de liberdade, em observância aos dispositivos constantes da resolução CNJ nº 369/2021.....	42
8.3.3	Fortalecer o Programa Começar de Novo.....	43
8.3.4	Promover ações para aprimorar as audiências de custódia nas Comarcas do Interior 43	
8.3.5	Implantar Programa de Identificação Civil por meio de biometria nas Audiências de Custódia.....	43
8.3.6	Implantar Centro de Apoio as Vítimas.....	43
8.3.7	Instalar Escritório Social em Marabá.....	43
8.3.8	Fortalecer o Grupo de Monitoramento e Fiscalização Carcerária- GMF	44
8.4	INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aperfeiçoar os sistemas de controle e julgamento na área criminal	44
8.4.1	Aperfeiçoar o painel de gestão com informações de pessoas privadas de liberdade.....	44
8.4.2	Propor a instituição do Núcleo de Justiça para execução penal.	44
8.4.3	Sanear as divergências no Sistema BNMP.....	44

8.4.4	<i>Propor a implementação do Juiz de Garantias no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará</i>	44
-------	--	----

9 MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA45

9.1 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Implantar política de governança institucional.....45

9.1.1	<i>Aprimorar o sistema de controle da gestão da transparência</i>	45
9.1.2	<i>Publicar o apetite a riscos do PJPA</i>	45
9.1.3	<i>Alcançar o selo Ouro no Prêmio CNJ de Qualidade</i>	45
9.1.4	<i>Implantar o Manual de Gestão de Riscos do PJPA</i>	46
9.1.5	<i>Rever os procedimentos e o manual do processo de Prestação de Contas Anual de Gestão</i>	46
9.1.6	<i>Rever os procedimentos e o manual de Monitoramento de Auditoria</i>	46
9.1.7	<i>Implementar a gestão de riscos na SEAUD – 1º Ciclo</i>	46
9.1.8	<i>Atualizar a Matriz de Priorização de objetos de auditoria</i>	46
9.1.9	<i>Desenvolver e implantar solução para gestão de precatórios, integrado ao PJE</i>	47
9.1.10	<i>Difundir a cultura de inovação no Poder judiciário</i>	47
9.1.11	<i>Institucionalizar projetos voltados a melhoria da gestão documental e gestão da informação</i>	47
9.1.12	<i>Realizar o XII Encontro do Conselho de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil- CONSEPRE</i>	47

9.2 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aperfeiçoar a infraestrutura do Poder Judiciário48

9.2.1	<i>Modernizar nova sede da Escola Judicial do Estado do Pará</i>	48
9.2.2	<i>Modernizar o espaço físico do Laboratório de Inovação Pai Dégua</i>	48
9.2.3	<i>Elaborar projeto piloto do Fórum do Futuro para Comarcas de Vara Única</i>	48
9.2.4	<i>Elaborar projeto piloto do Fórum do Futuro para Comarcas Polo</i>	48
9.2.5	<i>Expandir o projeto de sistema de energia fotovoltaica</i>	49
9.2.6	<i>Ampliar a capacidade de monitoramento de pessoas a serem submetidas ao sistema de detecção de metal</i>	49
9.2.7	<i>Ampliar a quantidade de instalações prediais do Poder Judiciário servidas de circuito fechados de TV (CFTV)</i>	49
9.2.8	<i>Lançar a Pedra Fundamental do Novo Complexo Judiciário da Comarca da Capital</i>	49
9.2.9	<i>Inaugurar o Centro de Tecnologia e Informação do PJPA</i>	49

9.3 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Fortalecer a gestão do 1º Grau de Jurisdição49

9.3.1	<i>Expandir as consultorias às unidades judiciárias</i>	50
9.3.2	<i>Promover workshop de orientação sobre glossário de metas nacionais e Tabela Processual Unificada (TPU)</i>	50
9.3.3	<i>Aperfeiçoar o painel de gestão de atividades</i>	50
9.3.4	<i>Aprimorar o Painel de Gestão Judiciária</i>	50
9.3.5	<i>Desenvolver ferramentas de visualização de dados e Business Intelligence -BI</i>	50
9.3.6	<i>Promover Webinários sobre o Prêmio de Produtividade nas 16 Regiões Judiciárias</i>	51

10 MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS52

10.1 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Implantar o Modelo de Gestão por Competências52

10.1.1	<i>Implementar o modelo de Gestão por Competência</i>	52
--------	---	----

10.2 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Melhorar os métodos e práticas adotadas na gestão de pessoas52

10.2.1	<i>Aperfeiçoar a Solução de Gestão de Pessoas</i>	52
10.2.2	<i>Implantar o Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas</i>	52

10.2.3	Estabelecer a lotação paradigma das Unidades de Processamento Judicial - UPJs.	53
10.2.4	Implantar a pesquisa de satisfação dos(as) usuários(as) da Secretaria de Gestão de Pessoas	53
10.2.5	Automatizar e integrar as ferramentas de solicitação e emissão de documentos funcionais no Sistema de Gestão de Pessoas	53
10.2.6	Otimizar a força de trabalho mediante implantação de novos métodos de organização do trabalho.	53
10.2.7	Implantar painéis dinâmicos e automatizados com dados sobre a força de trabalho.	54
10.2.8	Modernizar os programas, ações e práticas atreladas ao desenvolvimento de pessoal.	54
10.2.9	Aperfeiçoar o concurso de remoção de servidores e servidoras.	54
10.3	INICIATIVA ESTRATÉGICA: Fortalecer a política de atenção à saúde e qualidade de vida	55
10.3.1	Fomentar melhoria da qualidade da saúde de magistrados(a) e servidores(a).	55
10.3.2	Implantar o projeto "a SGP vai até você"	55
10.3.3	Implantar o Espaço Materno	55
10.4	INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aperfeiçoar a formação de magistrados(as) e servidores(as)	55
10.4.1	Promover ações para formação e aperfeiçoamento	55
10.4.2	Ofertar cursos de Pós-Graduação	56
10.4.3	Aperfeiçoar e modernizar as plataformas de ensino da EJPA.	56
10.4.4	Fomentar a capacitação do corpo funcional em governança nas contratações e na nova lei de licitação.	56
10.4.5	Promover capacitação em segurança de autoridade.	56
10.5	INICIATIVA ESTRATÉGICA: Promover políticas de reconhecimento e valorização de magistrados e magistradas, servidores e servidoras.	57
10.5.1	Implementar indicadores de Gestão de Pessoas	57
10.5.2	Implantar o Painel de Indicadores de Gestão de Pessoas - "SGP na palma da mão"	57
10.5.3	Elaborar proposta de revisão do plano de carreiras, cargos e remuneração dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Pará	57
10.5.4	Publicar artigos científicos selecionados de magistrados(as) e servidores(as).	58
10.5.5	Implementar outras ações de reconhecimento e fortalecimento do Capital Humano de PJPA	58
11	MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	59
11.1	INICIATIVA ESTRATÉGICA: Implantar Política de Qualidade dos Gastos	59
11.1.1	Implementar mecanismos automatizados de gerenciamento e aferição dos custos da política administrativa e judicial.	59
11.2	INICIATIVA ESTRATÉGICA: Otimizar a Gestão Fiscal Orçamentária e Financeira	59
11.2.1	Fortalecer a gestão e execução dos instrumentos de planejamento orçamento e finanças	59
11.2.2	Aprimorar a gestão financeira	60
11.2.3	Modernizar a gestão orçamentária	60
11.2.4	Modernizar a gestão tecnológica da arrecadação	60
11.2.5	Modernizar a Estrutura Normativa da Arrecadação	60
11.2.6	Realizar estudos de reestruturação Orgâno-funcional da Coordenadoria de Arrecadação.	60
11.2.7	Modernizar a Gestão de Investimentos do Poder Judiciário do Pará.	61
11.2.8	Implementar o Programa de Avaliação da Maturidade de Gestão Fiscal.	61

11.2.9	<i>Aprimorar a gestão estratégica e a governança corporativa do planejamento fiscal, orçamentário e financeiro</i>	61
--------	--	----

12 MACRODESAFIO: FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E PROTEÇÃO DE DADOS.62

12.1 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aprimorar o Domínio de Serviços de TIC62

12.1.1	<i>Implantar mecanismos de Inteligência Artificial nas aplicações judiciais</i>	62
12.1.2	<i>Implantar técnicas de mineração de texto para auxiliar os processos de levantamento de informações nos dados não estruturados produzidos nos sistemas do TJPA.</i>	62
12.1.3	<i>Aperfeiçoar a gestão da qualidade das aplicações</i>	62
12.1.4	<i>Implantar a automação do atendimento dos serviços de TIC</i>	63
12.1.5	<i>Implantar solução de infraestrutura em nuvem</i>	63
12.1.6	<i>Automatizar a Gerência de Configuração nos Ativos de Infraestrutura de TIC</i>	63
12.1.7	<i>Aprimorar a arquitetura lógica de DataCenter</i>	63
12.1.8	<i>Reestruturar e Atualizar os Circuitos de Dados das unidades judiciárias</i>	63
12.1.9	<i>Implantar serviço de VOIP</i>	64
12.1.10	<i>Instalar solução de WiFi</i>	64
12.1.11	<i>Migrar Banco de dados do Sistema Arrecadação Extrajudicial de Oracle Database 10g para Oracle Database 19c</i>	64
12.1.12	<i>Implantar nova solução de backup</i>	64
12.1.13	<i>Implantar novos clusters Openshift</i>	64
12.1.14	<i>Integrar o PJe à plataforma consumidor.gov.br</i>	64

12.2 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aprimorar o Domínio de Governança e Gestão de TIC65

12.2.1	<i>Implementar o processo de Segurança de informação</i>	65
12.2.2	<i>Estruturar o monitoramento da segurança de informação</i>	65
12.2.3	<i>Implantar processos de Gerenciamento de TIC</i>	65



APRESENTAÇÃO

O Plano de Gestão consiste no menor detalhamento do planejamento estratégico a ser implementado a cada gestão bienal e dispõe sobre ações, produtos, etapas, prazos e responsáveis. Cada gestão elege prioridades que são transformadas em ações e realizadas durante o biênio.

No Plano de Gestão do biênio 2023-2025 foi alcançado 100% de ações concluídas, foram pactuadas 168 ações e 662 etapas, distribuídas entre magistrados(as) e servidores(as), o que reforça o caráter participativo do Plano, em consonância com o Planejamento Estratégico 2021-2026 e as diretrizes do CNJ relativas à gestão participativa e democrática.

Para avaliação da execução do Plano de Gestão são realizadas Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE) quadrimestrais. No biênio 2023-2025 foram realizadas 4 reuniões.

O acompanhamento conta com Sistema de Monitoramento de Planejamento (SIMPLAN) e o Painel de Business Intelligenc (BI), que constituem ferramentas centradas no uso da informação como instrumento de gestão e opera de modo a atender as etapas de monitoramento e avaliação, que fazem parte do ciclo do planejamento.

EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO

Macrodesafios

A execução por macrodesafio considera a média do grau de execução das ações.

PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO 2023-2025 (100%)

Execução por Macrodesafio:

Garantia dos Direitos Fundamentais (100%) ✓

Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade (100%) ✓

Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional (100%) ✓

Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais (100%) ✓

Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos (100%) ✓

Consolidação dos Sistemas de Precedentes Obrigatórios (100%) ✓

Promoção da Sustentabilidade (100%) ✓

Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal (100%) ✓

Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária (100%) ✓

Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas (100%) ✓

Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira (100%) ✓

Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e Proteção de Dados (100%) ✓

Ações

A execução por ações é avaliada pelo índice de execução do plano de gestão (IEPG), pela proporção entre ações concluídas e o total de ações programadas.

$$\text{IEPG} = \frac{\text{Ações Concluídas}}{\text{Ações Programadas}} * 100$$

$$\text{IEPG} = \frac{168}{168} * 100$$

$$\text{IEPG} = 100\%$$

1 MACRODESAFIO: GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Coordenadora: Kátia Parente Sena, Juíza de Direito

1.1 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Fortalecer as ações destinadas ao enfrentamento da judicialização da saúde

1.1.1 Promover ações para identificar os medicamentos oncológicos e não-oncológicos requisitados judicialmente.

Responsável: José Miguel Alves Junior, Analista Judiciário

(Concluído) ✓

Foi feito o levantamento dos processos judiciais em que foram requisitados medicamentos oncológicos e não oncológicos através do mapa da judicialização da saúde e pelos núcleos de demandas de saúde dos entes públicos, com isso foi entregue relatório da judicialização sobre medicamentos. Com as informações detalhadas sobre os medicamentos requisitados, tais como nome comercial, princípio ativo, dosagem, forma farmacêutica, indicações terapêuticas e efeitos colaterais, produziu-se relatório qualitativo da judicialização de medicamentos no Poder Judiciário do Pará.

Então, avaliou-se a relevância clínica dos medicamentos requisitados para verificar o alinhamento com as diretrizes clínicas e terapêuticas em vigor. A partir disso passou-se à análise da possibilidade de substituição dos medicamentos judicializados por outros de mesma classe terapêutica e com menor custo, sem comprometer a eficácia do tratamento.

Desta feita, elaborou-se parecer técnico que apresentou as informações coletadas e as conclusões sobre a relevância clínica e a possibilidade de substituição dos medicamentos requisitados. A esse parecer atrelou-se a orientação de que o mesmo deverá ser encaminhado à equipe médica responsável pelo acompanhamento do paciente, bem como ao departamento jurídico da instituição, para subsidiar as decisões em relação aos processos judiciais.

1.1.2 Implantar Projeto piloto “Falando sobre o Nat-Jus”.

Responsável: Kátia Parente Sena, Juíza de Direito

(Concluído) ✓

Com o projeto implantado, forneceu-se atenção mais personalizada às unidades judiciais com atuação nas demandas de saúde, bem como fomentou-se a utilização do NAT-Jus com o projeto "Falando sobre NAT-Jus", que, em suma, consiste em um agendamento pela unidade judicial interessada via e-mail para uma videoconferência com a Coordenação e a Supervisão do NAT-Jus para saneamento de todas as dúvidas em relação ao núcleo e ao sistema e-NATJUS.

1.1.3 Elaborar estudos para estender a atuação do NATJus para saúde suplementar.

Responsável: Homero Lamarão Neto, Juiz de Direito

(Concluído)✓

Foi feita análise das funções desempenhadas pelo NATJus-PA na saúde pública, bem como pesquisa sobre as demandas e necessidades dos usuários da saúde suplementar. Com isso, a fim de subsidiar a tomada de decisão superior em relação à extensão da atuação do NATJus-PA, por meio de relatório qualitativo, identificou-se os recursos necessários (financeiros, humanos e tecnológicos) para ampliação da atuação do NATJus/PA para a saúde suplementar, incluindo a apresentação das informações coletadas e as conclusões sobre a viabilidade e os benefícios da implantação do projeto.

1.2 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Fortalecer as políticas institucionais voltadas às crianças e adolescentes

Ações

1.2.1 Aprimorar a divulgação de orientações e informações da área da infância e juventude direcionadas a magistradas, magistrados, servidoras e servidores das comarcas do estado do Pará.

Responsável: Danielle de Cássia Silveira Buhrnheim, Juíza de Direito

(Concluído)✓

A nova home-page da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude foi entregue e está disponível no Portal Externo do TJPA. Além disso, houve substituição dos ramais telefônicos do Núcleo de Apoio Técnico da CEIJ pelo atendimento Voip - Teams, os quais já foram vinculados às contas Microsoft Teams dos servidores.

1.2.2 Implementar ações voltadas à efetivação do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional e adoção.

Responsável: Danielle de Cássia Silveira Buhrnheim, Juíza de Direito

(Concluído)✓

Realização de campanha anual sobre a entrega voluntária de crianças recém-nascidas para adoção - Resolução nº 485 de 2023 e Provimento Conjunto nº 001 de 2018 - CJMB-CJCI-CEIJ.

1.2.3 Fomentar e articular ações interinstitucionais no âmbito da Justiça da Infância e Juventude (área infracional) e demais parceiros do Sistema de Garantia de Direitos.

Responsável: Vanderley de Oliveira Silva, Juiz de Direito

(Concluído)✓

Participação e fomento de ações em parceria com as instituições do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, a fim de acompanhar a execução e funcionamento da Central de Vagas da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará-FASEPA.

Articulação com o Programa Fazendo Justiça, Varas da Infância e da Juventude e demais atores para o acompanhamento e levantamento do quantitativo de adolescentes atendidos por meio do Programa de Acompanhamento a Adolescentes Pós-Cumprimento de Medida Socioeducativa.

Foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica nº 42/2024 entre o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI/PA, o Serviço Social da Indústria – SESI/PA, e a empresa VALE S.A, para promover a inclusão social e a capacitação de jovens em situação de vulnerabilidade, contando com 22 vagas e prazo de vigência de 30 meses.

1.2.4 Expandir a estrutura necessária ao depoimento especial da criança e do adolescente quando vítima ou testemunha de violência.

Responsável: Danielle de Cássia Silveira Buhrnheim, Juíza de Direito.

(Concluído)✓

Foram ofertados cursos de formação inicial e continuada sobre depoimento especial de crianças e adolescentes pela EJPA.

Foram atendidas várias comarcas com o kit de Mobiliário da Sala de Depoimento Especial, entre elas: Mãe do Rio, Curuçá, Vigia, Muaná, Portel Breu Branco, Oriximiná, etc. Além disso, novas salas de Depoimento Especial e/ou readequação destas foram entregues.

1.3 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Promover o respeito e a valorização da diversidade humana, de modo a contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva

Ações

1.3.1 Implantar o Plano de Acessibilidade no âmbito do PJPA.

Responsável: Gláucia Regina Centeno Cordeiro de Campos, Assessora

(Concluído)✓

Em 08 fóruns foram implantadas soluções essenciais para promover a acessibilidade nas edificações do PJPA, são elas:

- Disponibilização de vagas de estacionamento exclusivas para idoso e PcD na área da unidade, quando viável, ou em via pública próxima ao acesso da unidade;
- Adequação do acesso principal à edificação, sendo interligada a vaga de estacionamento acessível e a via pública por faixa de circulação livre e contínua,

passagens livres e desníveis existentes sendo suprimidos ou atendidos por escada acompanhada por rampa ou plataforma;

- Circulações públicas internas, verticais e horizontais, atendidas por faixa de circulação livre e contínua com o mínimo de 1,20m de largura
- Disponibilização de no mínimo um WC acessível por pavimento.

Há previsão de conclusão dessas implantações em mais 6 fóruns até janeiro/2025.

1.3.2 Difundir a cultura de respeito aos direitos das diversidades humanas.

Responsável: Fabíola Urbinati Maroja Pinheiro, Juíza Coordenadora da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do TJPA

(Concluído) ✓

Foi elaborado material informativo mensal (cards, vídeos de entrevistas) abordando temas atinentes ao respeito aos direitos das diversidades humanas. Além disso, foram enviados para as mídias sociais dois vídeos sobre difusão de direitos das pessoas com deficiência, um sobre autismo e o outro sobre política antimanicomial. Foi realizado o Webinário "Violação dos direitos das pessoas com deficiência: características e alternativas para seu enfrentamento", com carga horária de 3H, e Webinário "Capacidade Jurídica da Pessoa com Deficiência *versus* Capacitismo", com carga horária de 2H, para magistrados(as), servidores(as) e operadores(as) do Direito. Realizou-se evento com o título "Acessibilidade: uma construção coletiva" na modalidade híbrida com a presença de expositores pertencentes à OAB, TCE, NPAI, Coordenadora da CPAI.

Foi criado formulário de pesquisa sobre as condições de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência no Poder Judiciário do Estado do Pará, abordando 5 áreas: Condições de acessibilidade às ferramentas de Tecnologias de Informação – TI, 2- Acessibilidade Comunicacional, Acessibilidade Física, Relações interpessoais e Atendimento Especializado.

1.3.3 Aprimorar a acessibilidade na estrutura de comunicação do PJPA.

Responsável: Antônio Carlos Sampaio Martins Barros Júnior, Coordenador do Núcleo Permanente de Acessibilidade e Inclusão

(Concluído) ✓

Realizou-se cursos/oficinas relativos à promoção da acessibilidade comunicacional, tais como: linguagem acessível, áudio descrição, língua brasileira de sinais-libras, entre outros.

No que se refere à abertura e tramitação dos processos de contratação dos serviços de promoção da acessibilidade comunicacional, foi assinado termo aditivo ao contrato nº 33/2022, englobando prazo e aumento da quantidade de hora.

Por fim, foi publicado o guia de linguagem simples, bem como ampliada a disponibilidade de tradução/interpretação de LIBRAS em 25% e aprimorou-se as condições de acessibilidade no portal do TJPA.

1.3.4 Implantar o Projeto Pop Rua Jud.

Responsável: Célio Petrônio D'Anuniação, Juiz de Direito

(Concluído)✓

Projeto implantado, destinando-se alimentos excedentes do restaurante do prédio sede, vara do júri de Belém para atendimento diário de 10 pessoas em situação de rua que vivem nas proximidades dos fóruns cível e criminal de Belém. Além disso, foi assinado Acordo de Cooperação Técnica para implantação do Comitê Regional para gestão de política pública para pessoas em situação de rua com TRT-8 e TRE-PA, buscando erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais, promover o bem de todos, com foco nas pessoas que vivem em situação de rua, em becos, vias de circulação, praças, debaixo de viadutos, pontes, marquises, rodoviárias, etc.

1.4 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Fortalecer as políticas institucionais voltadas à solução de conflitos fundiários urbanos, rurais, ambientais e minerários

Ações

1.4.1 Promover ações para o fortalecimento da Ouvidoria Agrária

Responsável: Laércio dos Santos Rosa Júnior, Assessor

(Concluído)✓

A fim de fortalecer as políticas institucionais voltadas à solução de conflitos fundiários urbanos, rurais, ambientais e minerários, foi institucionalizado o projeto revolução agrária por meio da Portaria nº 3562 /2023-GP, de 16 de agosto de 2023. Não obstante, foi publicada a Portaria nº 1597/2023-GP, de 19 de abril de 2023 que alterou a Portaria nº 271/2007-GP, que instituiu no âmbito do Poder Judiciário, uma Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem, para incluir a Mediação de Conflitos Agrários.

Também, efetuou-se a reestruturação física da Ouvidoria Agrária começando pelo pavimento superior, reforma do pavimento inferior, pintura da garagem, criação do Espaço de Leitura e reorganização do Auditório da Ouvidoria Agrária. Ainda, promoveu-se ações de cidadania com casamento comunitário, ação social do Dia das Mães, distribuição de cestas básicas, encaminhamento para consultas médicas e emissão de documentos.

1.5 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Fortalecer as políticas institucionais voltadas à afirmação da igualdade de gênero

Ações

1.5.1 Expandir ações para fortalecer a participação feminina no PJPA

Responsável: Reijjane Ferreira de Oliveira, Juíza Coordenadora do Comitê Deliberativo de Participação Feminina do TJPA

(Concluído)✓

Com o objetivo de implementar ações que resultem em uma maior participação de mulheres no Poder Judiciário Paraense, com vistas à efetividade da Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, foi feito diagnóstico da participação feminina no PJPA, foi apresentada proposta de alteração da normativa que regulamenta a remoção de servidores e servidoras do PJPA, foi entregue minuta de proposição de recomendação para que, pelo menos, 56% dos cargos em comissão e de função comissionadas sejam ocupados por pessoas do gênero feminino.

No que se refere à realização de ações de formação na temática de gênero para magistrados(as) e servidores(as), foram realizadas as seguintes ações: oferta do curso “Saberes Transdisciplinares para o Julgamento com perspectiva de Gênero”, curso “Diversidade, Alteridade e Direitos Humanos”, curso “O julgamento com perspectiva de gênero no contexto da humanização do Poder Judiciário” e “Atuação Judicial com Perspectiva de gênero”.

No mais, promoveu-se eventos que estimulassem reflexões sobre a representatividade das mulheres no Judiciário Paraense, visando a igualdade de gênero na instituição, como: Filme “Os sentidos do estupro na Amazônia”; Avaliação sobre a aplicação das medidas protetivas e as inovações da Lei Maria da Penha; Protocolo sobre Julgamento com Perspectiva de Gênero – como aplicar; Mulheres gestoras e a construção de agendas para o futuro; Realização da Roda de Conversa sobre a Recomendação 102/2021 do CNJ – Adoção do protocolo integrado de prevenção e medidas de segurança, voltado ao enfrentamento à violência doméstica praticada em face de magistradas e servidoras; Recomendação da divulgação pela Coordenadoria de Imprensa da Recomendação 102/2021 - Protocolo de Prevenção e Medidas de Segurança; Webinar - Política de Participação feminina e o Prêmio CNJ Qualidade.

Por derradeiro, foram entregues as seguintes minutas: recomendação para realização de estudo de viabilidade para implantação de auxílio-creche e proposta de concessão de gratificação por regime especial de trabalho em favor de servidor(a) efetivo(a) lotado(a) na unidade judiciária, indicado(a) pelo(a) Gestor(a), durante o afastamento da servidora, ocupante do cargo de Assessor de Juiz CJS-2, da respectiva unidade.

1.6 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Priorizar a pessoa idosa em situação de vulnerabilidade

1.6.1 Promover ações por respeito e justiça a pessoa idosa

Responsável: Desembargadora Margui Gaspar Bittencourt

(Concluído)✓



Com o intuito de desenvolver ações voltadas à priorização do atendimento à pessoa idosa, foi feito levantamento junto ao NUPEMEC dos processos passíveis de conciliação da pessoa idosa, foi elaborada cartilha de direito da pessoa idosa, foi desenvolvido painel de BI da pessoa idosa em foco, foi realizado o evento: “Respeito e justiça para Melhor Idade”, além da realização da Jornada de Conciliação e Instrução para pessoa idosa.

2 MACRODESAFIO: FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

Coordenador: Desembargador Leonardo de Noronha Tavares

2.1 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aprimorar a comunicação interna e externa

Ações

2.1.1 Promover orientação para magistrados e magistradas em comunicação institucional e mídias sociais.

Responsável: Will Montenegro Teixeira, Diretor do Departamento de Comunicação

(Concluído)✓

Projeto de formação continuada encaminhado à Escola Judicial. Além disso, foi promovida, em parceria com a EJPA, a formação de magistrados(as), especialmente para a atuação em casos sob julgamento com ampla repercussão na mídia ou nas redes sociais.

2.1.2 Elaborar Cartilha de Linguagem Simples.

Responsável: Will Montenegro Teixeira, Diretor do Departamento de Comunicação

(Concluído)✓

Cartilha finalizada servindo de guia de orientação acerca do uso de linguagem simples no Judiciário, sendo disponibilizada ao corpo funcional do Poder Judiciário do Pará.

2.1.3 Elaborar a Política de Comunicação do Poder Judiciário do Pará.

Responsável: Will Montenegro Teixeira, Diretor do Departamento de Comunicação

(Concluído)✓

Resolução publicada

2.1.4 Promover ação de aproximação do Poder Judiciário com a Imprensa.

Responsável: Will Montenegro Teixeira, Diretor do Departamento de Comunicação

(Concluído)✓

Disponibilização de formação sobre Judiciário para jornalistas. Formação realizada.

2.1.5 Veicular produtos comunicacionais sobre o Judiciário e seus serviços à população.

Responsável: Will Montenegro Teixeira, diretor do Departamento de Comunicação

(Concluído)✓

Produção de spots, podcasts e audiovisuais acerca de decisões, ações, projetos e serviços do Judiciário disponíveis à população. Ainda, produção de vídeos com gravação de entrevistados e animações nos quais há a exposição de ações e projetos

do Judiciário. Não obstante, semanalmente veicula-se o programa Minuto do Judiciário nas redes sociais digitais com os principais assuntos da semana.

2.1.6 Inserir o TJPA em redes sociais digitais

Responsável: Will Montenegro Teixeira, diretor do Departamento de Comunicação

(Concluído)✓

Aberturas de contas do TJPA em canal do Telegram e no TikTok

2.1.7- Produzir videocast com os magistrados(as)

Responsável: Will Montenegro

(Concluído)✓

Entrevistas gravadas. O Papo Justo é uma produção da Web Rádio Jus do Tribunal de Justiça do Pará, está disponível na aba de podcasts no player da rádio (webradiojus.com.br) e em todas as plataformas de streaming que reproduzem podcasts – Spotify, Deezer, Google Podcasts etc.

2.2 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Fortalecer as relações interinstitucionais

Ações

2.2.1 Fomentar a Ouvidoria Itinerante junto aos jurisdicionados.

Responsável: Desa. Rosi Maria Gomes de Farias

(Concluído)✓

Realizados os atendimentos da Ouvidoria Judiciária e da Mulher nos espaços com grande concentração de público, como Usina da Paz, Espaço Cidadania e Assembleia Legislativa. Também, divulgação nas redes sociais das ações realizadas pela Ouvidoria em conjunto com o Departamento de Comunicação; postagens no Instagram do TJE; inserções em rádios; inserções em podcasts.

2.2.2 Divulgar o papel da Ouvidoria perante a sociedade.

Responsável: Desa. Rosi Maria Gomes de Farias

(Concluído)✓

Foi criado QR CODE de acesso ao formulário eletrônico da Ouvidorias, o qual já está disponível no portal externo do TJE, nos folders da Ouvidoria da Mulher e divulgados no Instagram. Houve participação nas ações da Casa de Justiça junto ao programa Pai Presente, prestando-se informações às mulheres atendidas pela Ouvidoria sobre o Projeto Pai Presente.

Ademais, foi elaborada a Cartilha da Ouvidoria da Mulher com levantamento de informações referentes à violência contra as mulheres, bem como a atualização das legislações existentes, elaboração de imagens ilustrativas, finalização e publicação na página da Ouvidoria da Mulher, distribuição da cartilha nas usinas da paz e nos



espaços de atendimento ao público, confecção de folders da Ouvidoria Judiciária e da Ouvidoria da Mulher contendo orientações e informações sobre o funcionamento da Ouvidoria.

2.2.3 Promover ações visando o atendimento das demandas recebidas e ao aperfeiçoamento dos serviços prestados

Responsável: Desa. Rosi Maria Gomes de Farias

(Concluído)✓

Parceria com a Corregedoria Geral de Justiça com encaminhamento dos protocolos não respondidos para que ocorra maior efetividade nas respostas ao manifestante. Diálogo com os servidores das unidades judiciária informando sobre a necessidade de resposta das demandas no prazo determinado. Expedição de ofício circular em conjunto com a Presidência do TJE informando aos servidores e magistrados sobre o cumprimento do prazo de resposta aos Relatos do CNJ para fins de avaliação do Prêmio CNJ de Qualidade.

2.2.4 Promover parcerias com as Ouvidorias do Ministério Público, Defensoria Pública e Delegacia Especializada em Violência Doméstica e Familiar para encaminhamento das demandas de sua competência.

Responsável: Desa. Rosi Maria Gomes de Farias

(Concluído)✓

Foram realizadas reuniões com as Ouvidorias do Ministério Público, Defensoria Pública, TRE. Foi realizada parceria com a Defensoria Pública, TRT, TRE, TCE, Ouvidoria Geral do Estado para encaminhamento de demandas.

2.2.5 Expandir Pontos de Inclusão Digital (PIDs).

Responsável: Charles Menezes Barros, Juiz de Direito

(Concluído)✓

O primeiro PID foi instalado no município de Abel Figueiredo em novembro de 2022. No dia 06 de junho de 2023 foi inaugurado o PID de Santa Cruz do Arari e nos dias 26 e 27 do mesmo mês, foram inaugurados os PIDs de Trairão e Castelo dos Sonhos, respectivamente. A divulgação da existência dos pontos de inclusão digital na comunidade, foi feito por meio de campanhas publicitárias, eventos e parcerias com organizações locais, no site do TJPA e redes sociais do TJPA.

2.2.6 Apoiar o programa Ação para Meninas e Mulheres do Marajó

Responsável: Desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos

(Concluído)✓

O programa foi instituído por meio de um Acordo de Cooperação Técnica entre o CNJ, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o Governo do Pará e o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), visando fortalecer o acesso à Justiça e conscientizar a população marajoara sobre as diferentes formas de violência e suas consequências.



A primeira itinerância foi realizada em Salvaterra e Soure e aconteceu entre os dias 19 a 23 de agosto de 2024. A segunda itinerância ocorreu no período de 11 a 13 de dezembro de 2024, no município de Portel, e foi marcada pela inauguração do primeiro Ponto de Inclusão Digital (PID) em unidade de atendimento fluvial.

3 MACRODESAFIO: AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Coordenadora: Desembargadora Luana de Nazareth Amaral Henriques Santalices

3.1 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Estabelecer padrões para incrementar a produtividade no processo judicial eletrônico

Ações

3.1.1 Promover Ações Visando o Incremento da Produtividade no Processo Judicial Eletrônico.

Responsável: João Valério de Moura Júnior, Juiz de Direito

(Concluído) ✓

Foi construída nova ferramenta de Jurisprudência com a melhoria da indexação, utilizando-se mineração de textos, integração com o PJe por meio de link e a inclusão de ferramentas de gamificação.

Foi criado um banco de mandados, o qual foi integrado ao PJe. Além disso, tal sistema foi organizado com padronização e automação de etiquetas.

Ademais, foi viabilizado o desarquivamento automático do processo eletrônico a partir da solicitação e pagamento das custas. Também, foi implantado o trânsito em julgado automático e a automatização das sentenças sem resolução de mérito.

Por derradeiro foram realizadas 6 capacitações, 3 presenciais e 3 on-line, em Justiça Digital Inovadora.

3.2 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Otimizar a estrutura judiciária

Ações

3.2.1 Atualizar o Código Judiciário do Estado do Pará - Lei Nº 5.008 de 10/12/1981.

Responsável: Jonas Pedroso Libório Vieira - Secretário Judiciário do TJPA

(Concluído) ✓

Projeto encaminhado à ALEPA a fim de atualizar o Código de Organização Judiciária do Estado do Pará, para permitir a otimização da estrutura judiciária, através da redefinição de competência das unidades judiciárias e reclassificação de entrâncias.

3.2.2 Propor alteração de competências das unidades judiciárias do primeiro grau de jurisdição.

Responsável: Geraldo Neves Leite, Juiz de Direito

(Concluído) ✓



Foi entregue minuta de Resolução que dispõe sobre a redefinição de competências, reorganização e atualização da denominação de unidades judiciárias do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

3.2.3 Propor a reorganização da estrutura das unidades judiciárias do estado do Pará.

Responsável: Geraldo Neves Leite, Juiz de Direito

(Concluído)✓

Foram apresentadas duas propostas de anteprojeto de lei, uma que dispõe sobre a criação e extinção de comarcas, e a transferência de unidades judiciárias, na estrutura do Poder Judiciário do Estado do Pará e, outra que dispõe sobre a elevação e o rebaixamento de entrâncias de comarcas na estrutura do Poder Judiciário do Estado do Pará.

Ademais, foi apresentada proposta de emenda à Constituição do Estado do Pará para alterar a redação do art. 154 da Constituição, passando a prever que cada município poderá ser sede de comarca.

3.2.4 Expandir e Incrementar os Núcleos de Justiça 4.0.

Responsável: Charles Menezes Barros, Juiz de Direito

(Concluído)✓

Foi realizado diagnóstico para definir grupo de trabalho, metas, alocação de recursos adequados, estabelecimento de cronogramas, identificação de novas regiões geográficas para expandir a iniciativa, bem como a identificação de novas áreas temáticas para atuação. Foi publicada portaria para reformulação dos atos normativos sobre os Núcleo de Justiça 4.0. Foi publicado edital para ampliação do serviço de estágio no Tribunal, visando a contratação de estagiários de pós-graduação lato ou stricto sensu em direito, por meio de processo seletivo específico conforme condições estabelecidas em edital, para fins de complementação educacional, sem vínculo empregatício com o PJPA. Além disso, foi desenvolvido painel para acompanhamento de produtividade do Núcleo de Justiça 4.0.

3.2.5 Estruturar o Grupo de Assessoramento e Suporte (GAS) do Segundo Grau de jurisdição.

Responsável: Jonas Pedroso Libório Vieira, Secretário Judiciário do TJPA

(Concluído)✓

Proposta elaborada para a estruturação do Grupo de Assessoramento e Suporte (GAS) no âmbito do segundo grau. Ademais, aumentou-se o espaço físico e de pessoal, atuando em oito frentes simultâneas de trabalho com publicação de portaria de definição de critérios de atuação com os gabinetes (PP +100 e Meta 2).

3.2.6 Expandir a atuação das Turmas Recursais

Responsável: Desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos

(Concluído)✓

A ALEPA aprovou a Lei nº. 10.195/2023 para a criação de 3 novas Turmas Recursais. Em seguida, o TJPA publicou a Resolução nº 18/2023, dispondo sobre a instalação das 4 Turmas recursais Permanentes. Finalmente, em 2024, foram expedidas portarias designando os(as) magistrados(as) para composição das Turmas Recursais.

3.2.7 Elevar para 3ª Entrância as Comarcas de Ananindeua, Marabá e Santarém

Responsável: Desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos

(Concluído)✓

Foi sancionada a Lei complementar nº. 179/2024 que permite ao TJPA elevar à 3ª Entrância as Comarcas de Ananindeua, Marabá e Santarém. A medida vai possibilitar a ampliação e qualidade dos serviços judiciários ofertados.

3.2.8 Expandir o 2º Grau de Jurisdição

Responsável: Desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos

(Concluído)✓

Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 12/2024 para criação de 10 Cargos para novos Desembargadores/Desembargadoras no Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

3.3 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aprimorar a gestão de unidades judiciárias

3.3.1 Criar padrões objetivos de produtividade aos servidores do Poder Judiciário.

Responsável: Ana Patrícia Nunes Alves Fernandes, Juíza de Direito

(Concluído)✓

Concluiu-se estudo para aferição de média de produtividade por servidor, assim apresentou-se relatório contendo propostas de alteração da Resolução nº 003/2010-GP e, também, Portaria para regulamentar a avaliação da produtividade objetiva, baseada em dados, dos servidores da área fim.

3.3.2 Propor reestruturação metodológica e normativa das Unidades de Processamento Judicial- UPJs

(Concluído)✓

Foi realizado diagnóstico situacional da 2ª UPJ da capital. A partir disso, foi construído manual de rotinas da 2ª UPJ para elaboração de relatório conclusivo que definiu a minuta normativa de criação do Comitê Gestor de UPJ.

3.3.3 Implantar Soluções de Inteligência Artificial (IA) no PJPA.

Responsável: João Valério de Moura Júnior, Juiz de Direito

(Concluído)✓

Visando fomentar a utilização de ferramentas tecnológicas com o objetivo de otimizar a prestação jurisdicional, sobretudo nas demandas repetitivas, foram implantadas no ambiente do TJPA (1º e 2º Graus) as ferramentas Berna e Athos.

Além disso, foi feita a Institucionalização de projeto, por meio da Portaria nº. 3016/2024-GP, 25 de junho de 2024, que utiliza a IA generativa (CHATGPT) para desenvolver a documentação de projetos do TJPA.

3.4 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Implementar medidas visando à redução do acervo de unidades judiciárias congestionadas

3.4.1 Elaborar proposta normativa de gratificação por permanência em comarca de difícil provimento.

Responsável: Sílvia Mara Bentes, Juíza de Direito

(Concluído) ✓

Após elaboração do estudo e pesquisa jurisprudencial a respeito, foi elaborada minuta da proposta, em conformidade com o texto atual do Código Judiciário e LOMAN, com vistas a reduzir a rotatividade nas 10 comarcas de 1ª entrância ranqueadas no estudo como de mais difícil provimento. A proposta fixada na minuta prevê atualização bienal das comarcas de mais difícil provimento, sempre levando em conta dados mais tempestivos. A gratificação a ser paga funcionará como um incentivo à fixação nas comarcas, contribuindo para a melhoria na prestação dos serviços pelo Poder Judiciário, aumento da produtividade e redução do tempo do julgamento e arquivamento definitivo dos processos.

3.4.2 Aprimorar o Programa de Incremento a Baixa processual (PIB)

Responsável: Patrícia de Oliveira Sá Moreira, Juíza de Direito

(Concluído) ✓

Programa aprimorado. Publicou-se a Portaria nº. 1051/2023-GP, em março de 2023, que atualizou as metas de baixa processual para as unidades judiciárias de 1º Grau. Entregou-se informes de resultados mensais do Programa e relatório dos resultados de 2023 e 2024. Além de ser feito o acompanhamento diário das métricas.

3.4.3 Instituir o Prêmio de Desempenho e Inovação.

Responsável: Antonieta Maria Ferrari Mileo, Juíza de direito

(Concluído) ✓

Portaria publicada após eleitos os critérios para concessão do prêmio e elaboração de minuta de projeto de lei e resolução.

3.4.4 Revisar e propor novos fluxos para a execução fiscal no processo judicial eletrônico

Responsável: Lauro Fontes Júnior, Juiz de Direito

(Concluído)✓

Fluxo revisado. Identificou-se o tempo médio de tramitação e paralisação de feitos executivos tributários. Em alinhamento com o grupo de estudos do CNJ, foi desenvolvido um fluxograma de aplicação nacional com a participação do TJPA. Criou-se parâmetros numéricos para apuração de eficácia e eficiência das ações do macrodesafio. Identificou-se os fluxos da execução no PJE. Editou-se a norma técnica nº. 01/2024 que trouxe referencial para a atuação e possível extinção do estoque de 80% dos feitos executivos no TJPA. Por fim, a atuação operativa-judicial com a identificação dos problemas e proposição de solução com a criação de grupos de apoio para as varas execução fiscal.

3.4.5 Implantar o Mandamus no âmbito do PJPA

Responsável: Carlos Diego Pojo de Brito Souza, Chefe da Divisão de Implementação de Projetos (DIP).

(Concluído)✓

Mandamus implantado no âmbito do PJPA. Com o Mandamus o cumprimento do mandado ocorre de forma integralmente digital, desde o seu recebimento, realização das anotações necessárias, certificação e juntada nos autos, tudo através da interface do próprio aplicativo móvel.

3.4.6 Implantar o PJe Docs no âmbito do PJPA

Responsável: Carlos Diego Pojo de Brito Souza, Chefe da Divisão de Implementação de Projetos (DIP).

(Concluído)✓

Sistema PJe Docs implantado no âmbito do PJPA. O serviço pode trabalhar em modo síncrono disponibilizando imediatamente o documento para o usuário. Em modo assíncrono, disponibilizando o documento na área de downloads do usuário- menu principal. E em modo híbrido, permitindo downloads síncronos até um limite de tamanho de documento.

3.4.7 Implantar o Domicílio Eletrônico no âmbito do PJPA

Responsável: Carlos Diego Pojo de Brito Souza, Chefe da Divisão de Implementação de Projetos (DIP).

(Concluído)✓

Domicílio Eletrônico implantado no âmbito do PJPA. Houve integração do domicílio eletrônico com o PJe para enviar os dados do expediente criado.

4 MACRODESAFIO: ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS.

Coordenadora: Mônica Maciel Soares Fonseca, Juíza de Direito

4.1 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aperfeiçoar as políticas institucionais para gestão de processos de combate à corrupção e à improbidade administrativa

4.1.1 Celebrar Termo de Cooperação Técnica com o Ministério Público Estadual e com os Tribunais de Contas, objetivando conferir maior celeridade e eficiência ao julgamento dos feitos da Meta 4.

Responsável: Shérica Keila Pacheco Teixeira Bauer, Juíza de direito

(Concluído) ✓

Elaboradas as minutas dos Termos de Cooperação Técnica, a serem apreciadas e concluídas pelos órgãos parceiros. Realizada a revisão pelo setor de Convênios do TJPA com finalização do Termo de Cooperação, assinado com os Tribunais de Contas do Estado e Município.

4.1.2 Promover ações para otimizar o julgamento das ações relativas à Meta 4

Responsável: Mônica Maciel Soares Fonseca, Juíza de Direito

(Concluído) ✓

Foi realizada reunião com os juízes integrantes do Núcleo 4.0 para o estabelecimento das estratégias, cumprimento de metas, com número mínimo de processos julgados mensalmente, audiências, etc. Padronização da análise das ações de improbidade administrativa sobre temas diversos, a partir de decisões recentes do STF sobre a matéria. Criação de uma pasta virtual no OneDrive, contendo modelos de decisões e sentenças em processos com matéria relacionada à Meta 4. Foi ofertado curso de capacitação voltado a magistrados(as) e servidores(as), para atuarem nos processos de improbidade administrativa, tendo carga horária de 20 horas/aula sobre a nova lei de improbidade administrativa. Foram ofertadas 40 vagas, todas preenchidas, com Juízes(as) e servidores(as) integrantes do Núcleo 4.0, Meta 4 e outros(as) magistrados(as) com competência na matéria.

5 MACRODESAFIO: PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS

Coordenadora: Desembargadora Dahil Paraense de Souza

5.1 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Fortalecer políticas e ações de estruturação dos CEJUSCs

Ações

5.1.1 Propor a remuneração dos mediadores, mediadoras, conciliadores e conciliadoras externos.

Responsável: Desembargadora Dahil Paraense de Souza

(Concluído) ✓

Minuta de regulamentação aprovada. Publicação da Resolução nº. 04, de 05 de abril de 2023.

5.1.2 Instalar novos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSCs.

Responsável: Carlos Márcio de Melo Queiróz, Juiz de Direito

(Concluído) ✓

Instalação do 1º CEJUSC de Altamira em 29/11/2023; Instalação do 4º CEJUSC da capital (UNIFAMAZ) em 20/06/2024; Instalação do 6º CEJUSC da capital (SAÚDE) em 11/11/2024; Instalação do 1º CEJUSC de Castanhal em 13/08/2024.

5.1.3 Propor a instalação de novos Postos de Atendimento de Soluções Consensuais - PASCs.

Responsável: Agenor Cássio Correia de Andrade, Juiz de Direito e Nilce Ramos Ramôa

(Concluído) ✓

PASCs instalados. PASC da Uninassau, PASC de Redenção, PASC Faci e Usinas.

5.1.4 Estruturar o NUPEMEC.

Responsável: Desembargadora Dahil Paraense de Souza

(Concluído) ✓

Instalação de novo espaço físico do NUPEMEC, no 1º andar do Fórum Cível.

5.2 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Fortalecer políticas e ações para resolução negociada de conflitos

5.2.1 Promover ações de capacitação e aperfeiçoamento dos mediadores e mediadoras judiciais, facilitadores e facilitadoras em justiça restaurativa.

(Concluído)✓

Realização do curso presencial de formação de mediadores na Comarca de Tucuruí e Santarém. Realização de 2 cursos de formação em mediação em parceria com o CNJ. Curso de aprofundamento em mediação empresarial (formação de 41h - etapa teórica e prática). Curso de aperfeiçoamento em mediação na área da saúde. Curso de formação em mediação familiar. Realização de 3 turmas de ferramentas de mediação. Curso de gestão de CEJUSC. Curso de formação de facilitadores em processos circulares e de aprofundamento em justiça restaurativa.

5.2.2 Estimular meios consensuais de soluções de conflitos não judicializados e judicializados.

Responsável: Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade, Juiz de Direito.

(Concluído)✓

Realização de 2 caravanas da conciliação em comarcas que não possuem CEJUSC, visando a diminuição do acervo processual das unidades judiciárias. Mutirão em Barcarena para solução de processos, por meio da autocomposição, envolvendo a empresa Hydro. Mutirão na comunidade Boi Marronzinho. Aprovação do Ato concertado para o CEJUSC de Redenção atuar nas demandas pré-processuais das comarcas de Santana do Araguaia e Conceição do Araguaia. Realização das Semanas Estadual e Nacional de Conciliação, ocorrendo a VII e VIII Semana Estadual de Conciliação e XVIII e XIX Semana Nacional de Conciliação, com programação de diversos eventos de cidadania e palestras voltadas ao assunto.

5.2.3 Promover o aprimoramento da estatística de atendimento dos CEJUSCs e implantação do Painel de Gestão de CEJUSCs.

Responsável: Carlos Márcio de Melo Queiróz, Juiz de Direito

(Concluído)✓

Levantamento dos movimentos de cadastrado realizado. Datamart criado. Painel de Gestão de CEJUSC publicado.

5.2.4 Realizar Fórum Estadual de mediação.

Responsável: Carlos Márcio de Melo Queiróz, Juiz de Direito

(Concluído)✓

Evento realizado: I Fórum Estadual de Mediação. Objetivo alcançado: troca de experiências entre coordenadores(as) de CEJUSC, mediadores(as) e conciliadores(as) judiciais e apresentação de boas práticas.

5.2.5 Integrar os Sistemas GEMEC e PJe

Responsável: Nilce Longhi Ramôa, assessora NUPEMEC

(Concluído)✓

Sistemas integrados e validada a integração.

6 MACRODESAFIO: CONSOLIDAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS

Coordenador: Cesar Augusto Puty Paiva Rodrigues, Juiz de Direito

6.1 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aprimorar ferramentas para facilitar a identificação e gestão dos precedentes obrigatórios visando garantir a sua consolidação.

Ações

6.1.1 Aprimorar as ferramentas informatizadas de gestão de precedentes obrigatórios.

Responsável: Antônio Nicolas Godinho de Souza Cavalcante, Coordenador do Núcleo de Gestão de Precedentes e Ações Coletivas (Nugepnac).

(Concluído) ✓

Implementada a ferramenta webservice cumprindo a Resolução nº 444, de 2022 do CNJ. Aprimorado o sistema PJe para a inclusão de informações qualitativas que possibilitam a identificação e o gerenciamento das ações coletivas em tramitação no TJPA. Criação do Banco Estadual de Precedentes, com possibilidade de pesquisa avançada dos seguintes precedentes judiciais qualificados, firmados no âmbito do TJPA: Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), Incidente de Assunção de Competência (IAC), Grupo de Representativos (GR), Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei (PUIL) e Enunciados de Súmula. Criado Painel para levantamento de dados de apuração dos indicadores do “Macrodesafio 6 – Consolidação dos Sistemas de Precedentes Obrigatórios”, que trata do tempo médio do precedente judicial e da sentença de aplicação da tese nos processos individuais. Criação de Painel de BI visando o levantamento de dados para apuração das taxas de recorribilidade e reversibilidade processuais, com o intuito de embasar projetos do CIJEP. Criação de sistema Push para comunicação aos juízos de primeiro grau de movimentações processuais ocorridas em recursos no segundo grau.

6.1.2 Implantar sistema de inteligência artificial para agrupamento de processos similares no âmbito da Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais – CREE, baseado no sistema “Athos” do Superior Tribunal de Justiça – STJ

Responsável: Orlando Cerdeira Bordallo Neto, Coordenador de Recursos Extraordinários e Especiais.

(Concluído) ✓

Implementado sistema de inteligência artificial para agrupamento de processos similares, baseado no sistema “Athos”, por meio de cooperação técnica com o Superior Tribunal de Justiça – STJ.

6.1.3 Elaborar projeto para implantação de sistema de triagem processual no âmbito da Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais – CREE, baseado no sistema “Questionários Eletrônicos” do Superior Tribunal de Justiça – STJ

Responsável: Orlando Cerdeira Bordallo Neto, Coordenador de Recursos Extraordinários e Especiais.

(Concluído)✓

Apresentado proposta de projeto com cronograma para a implementação de Sistema de Questionário Eletrônico.

6.1.4 Integrar o TJPA aos Tribunais Superiores por meio da adesão ao Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI).

Responsável: Orlando Cerdeira Bordallo Neto, Coordenador de Recursos Extraordinários e Especiais.

(Concluído)✓

Foi realizada a integração entre o PJe do TJPA e os sistemas do STJ e STF utilizando o MNI.

6.2 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aperfeiçoar mecanismos para a redução de demandas repetitivas e grandes litigantes.

Ações

6.2.1 Propor revisão normativa quanto a precedentes judiciais obrigatórios.

Responsável: Antônio Nicolas Godinho de Souza Cavalcante, Coordenador do Núcleo de Gestão de Precedentes e Ações Coletivas (Nugepnac).

(Concluído)✓

Proposta de revisão encaminhada.

6.2.2 Estruturar a Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas (COGEPAC) e do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (NUGEPNAC).

Responsável: Orlando Cerdeira Bordallo Neto, Coordenador de Recursos Extraordinários e Especiais.

(Concluído)✓

Foram editados normativos de regulamentação das unidades: Emenda Regimental nº 26/2022 - COGEPAC; Resolução nº 23/2022 - NUGEPNAC; Portaria nº 711/2023 - COGEPAC NUGEPNAC

6.2.3 Propor a reestruturação do Centro de Inteligência da Justiça Estadual do Pará (CIJEPa).

Responsável: Cesar Augusto Puty Paiva Rodrigues, Juiz Auxiliar da Vice-Presidência.

(Concluído)✓

Criada proposta de alteração normativa com base no relatório produzido com dados gerais, sobre a estrutura dos Centros de inteligência em outros tribunais.

6.2.4 Propor a revisão normativa referente às Turmas Recursais dos Juizados Especiais do Estado do Pará no que tange a admissibilidade dos recursos extraordinários.

Responsável: Orlando Cerdeira Bordallo Neto, Coordenador de Recursos Extraordinários e Especiais.

(Concluído)✓

Foi apresentada minuta de proposta de Regimento Interno das Turmas Recursais, a qual foi enviada para análise da Coordenadoria dos Juizados Especiais. Além disso, realizou-se o Projeto de Regimento Interno das Turmas Recursais dos Juizados, que abarcou a previsão de juízo de admissibilidade de recursos extraordinários, definindo as competências das Presidências das Turmas Recursais.

6.2.5 Implementar políticas de cooperação interinstitucional através do Programa Amigo da Justiça.

Responsável: Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade, Juiz Coordenador de Inteligência Temática de Prevenção e Solução Pré-Processual de Litígios do Centro de Inteligência da Justiça Estadual do Pará (CIJEPA)

(Concluído)✓

Realizou-se o levantamento dos 30 maiores litigantes do Poder Judiciário do Estado do Pará, o qual foi divulgado no site do CIJEPA. Criou-se o manual de iniciativas do TJPA junto aos Órgãos interessados, pelo Programa Amigo da Justiça, em prol da assinatura de termos de compromissos públicos. Criou-se, também, modelos de termos de compromissos públicos para instituição do Programa Amigo da Justiça junto aos Órgãos interessados.

6.2.6 Fomentar o gerenciamento e adequado tratamento das ações coletivas e dos precedentes judiciais

Responsável: Antônio Nicolas Godinho de Souza Cavalcante, Coordenador do Núcleo de Gestão de Precedentes e Ações Coletivas (Nugepnac).

(Concluído)✓

Ofertou-se o curso: “Teoria e prática dos precedentes”, módulos I, II e III, voltado para capacitação de magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário do Estado do Pará, fomentando o gerenciamento e adequado tratamento das ações coletivas e dos precedentes judiciais. Em trabalho conjunto, após a coleta de dados junto às unidades judiciárias, foi criado grupo de whatsapp institucional para os assessores de unidades judiciais do 1º grau com o intuito de divulgação de matérias relacionadas aos precedentes judiciais qualificados, com 152 participantes iniciais.

6.2.7 Aprimorar as ferramentas do Juízo de admissibilidade como apoio ao sistema de precedentes obrigatórios.

Responsável: Orlando Cerdeira Bordallo Neto, Coordenador de Recursos Extraordinários e Especiais.

(Concluído) ✓

Foi atualizado o manual Prático do Juízo de Admissibilidade dos Recursos Excepcionais, em consonância com as alterações legislativas correlatas e jurisprudência dos tribunais superiores. Além disso, para melhor vinculação às orientações contidas no Manual da Assessoria do Juízo de Admissibilidade dos Recursos Excepcionais, a pasta de rede, contendo o Banco de Decisões, foi composta de Subpastas abrangendo despachos, decisões de inadmissão, decisões de admissão, decisões de sobrestamento do feito, decisões com seleção de recursos como representativos de controvérsias, decisões em embargos de declaração, julgamentos de agravos internos, agravos regimentais e de embargos de declaração.

6.2.8 Organizar e Coordenar o 3º Encontro Nacional dos Centros de Inteligência dos Tribunais do Poder Judiciário.

Responsável: Carolina Abreu Silva, Secretária do Centro de Inteligência da Justiça do TJPA – CIJEPA.

(Concluído) ✓

Evento realizado. A execução prática do evento envolveu a recepção dos participantes, a realização das palestras, mesas-redondas, oficinas e demais atividades planejadas, com avaliação final dos resultados. Durante o evento, todos os aspectos logísticos, protocolares, acadêmicos e administrativos foram monitorados para garantir que o cronograma fosse cumprido e a experiência do participante fosse positiva.

7 MACRODESAFIO: PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Coordenador: Vicente de Paula Barbosa Marques Júnior, Secretário de Administração

7.1 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Implantar política de sustentabilidade

Ações

7.1.1 Melhorar o Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS), em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

Responsável: Evelise de Oliveira Rodrigues, Coordenadora do Núcleo Socioambiental

(Concluído) ✓

Focou-se na sensibilização do corpo funcional por meio da elaboração de boletins informativos sobre sustentabilidade e temas afins, para tanto foram realizadas pesquisas referentes aos temas da sustentabilidade, seguidas da publicação deste material nos canais de comunicação institucional. Para complementar a sensibilização, foram realizadas campanhas, ações e projetos que fortaleceram a mudança cultural no âmbito do TJPA. A melhoria do IDS - Índice de Desempenho de Sustentabilidade, foi alcançada no 8º Balanço de Sustentabilidade do Poder Judiciário - 2024, que tem como objetivo a apresentação dos resultados da implementação das ações de sustentabilidade, acessibilidade e inclusão alcançados pelos tribunais brasileiros. No referido Balanço, o TJPA elevou sua posição da 16ª, em 2023, para 11ª posição, em 2024, entre os 27 tribunais estaduais brasileiros.

7.1.2 Elaborar projeto de Lei para criação da Coordenadoria de Gestão Sustentável do PJPA.

Responsável: Vicente de Paula Barbosa Marques Júnior, Secretário de Administração

(Concluído) ✓

A Lei Nº 10.626, de 25 de junho de 2024, criou a Coordenadoria de Gestão Sustentável do PJPA, sendo publicada no DOE Nº 35.870, de 26 de junho de 2024.

7.1.3 Institucionalizar Projetos que Promovam a Gestão Sustentável no TJPA.

Responsável: Evelise de Oliveira Rodrigues

(Concluído) ✓

Foram desenvolvidos, institucionalizados e implementados os projetos: Descarte Consciente TJPA e Almoxarifado Inclusivo TJPA. O projeto Descarte Consciente TJPA visa promover a reflexão sobre os problemas socioambientais na administração pública, estimulando a adoção de atitudes e procedimentos que estimulem o uso



racional dos recursos naturais e dos bens públicos através do consumo consciente. O projeto Almoxarifado Inclusivo TJPA destina-se à doação de material de consumo não mais utilizado pelo Tribunal de Justiça que esteja em perfeito estado, para ser usado nas atividades escolares, isso além de constituir uma estratégia para dinamizar a sustentabilidade no órgão, diminui os impactos ambientais que a geração de resíduos acarreta.

7.1.4 Efetivar O ODS 12 Através do Consumo Responsável de Equipamentos de Informática Inservíveis.

Responsável: Vicente de Paula Barbosa Marques Júnior, Secretário de Administração.

(Concluído) ✓

Foi feita a doação dos equipamentos de informática inservíveis às entidades filantrópicas selecionadas.

7.1.5 Implantar o projeto compra certa

Responsável: Adriana Coelho Lisboa, Diretora de Patrimônio e Serviços.

(Concluído) ✓

Levantou-se as boas práticas realizadas em outras instituições. Com isso, definiu-se a implantação de um calendário com ciclos de compras. Assim, foi publicada a Portaria nº 3185/2023-GP, que disciplina a padronização das demandas oriundas das unidades do TJPA.

7.1.6 Implantar o projeto oráculo

Responsável: Moisés Cristino Oliveira, chefe do serviço de controle de frota

(Concluído) ✓

Foi desenvolvida uma plataforma personalizada, utilizando a ferramenta web gratuita “My Maps”, para prover um banco de dados visual com informações da frota de veículos do TJPA, integrando dados relevantes e proporcionando uma experiência interativa, além de agilizar as tomadas de decisões dentro da Divisão de Transportes do TJPA. Após a inserção dos dados da frota de veículos no sistema (placas, ano/modelo, RENAVAM, nome dos motoristas, números dos contratos de locação) foi possível filtrar as informações de acordo com o interesse de cada subsetor da Divisão de Transportes, de forma centralizada, evitando a falta de sincronia entre os subsetores.

7.1.7 Promover boas práticas visando eficiência, transparência, segurança, celeridade e sustentabilidade nas contratações públicas

Responsável: Adriana Heloisa de Menezes Pinheiro, Analisa Judiciário

(Concluído) ✓

Portaria publicada nº. 016/2023-AS, que disciplina a padronização de minutas de instrumentos utilizados nas contratações públicas do TJPA.

8 MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

Coordenadora: Blenda Nery Rigon Cardoso, Juíza de Direito

8.1 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Enfrentar a violência doméstica e familiar, contra idosos e idosas, crianças e adolescentes e outros grupos vulneráveis

Ações

8.1.1 Expandir ações de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Responsável: Des^a Maria de Nazaré Saavedra Guimarães, Coordenadora da Violência Doméstica contra a Mulher

(Concluído) ✓

Expansão do Programa Patrulha Maria da Penha com a assinatura do novo ACT da Patrulha Maria da Penha com a adesão de 18 municípios. Expansão do serviço de acolhimento multidisciplinar e círculos de diálogos nas Varas de Justiça com competência em Violência Doméstica contra a Mulher, onde foram realizadas tratativas para a implantação do serviço de acolhimento multidisciplinar na Vara de Violência Doméstica de Ananindeua, que será realizado na Casa da Mulher Brasileira de Ananindeua. Capacitou-se magistrado(as) e servidores(as) para atuação de perspectiva de gênero e antidiscriminatória com a implementação de cursos e eventos de capacitação. Elaborou-se estudo para verificar a viabilidade de criação de varas especializadas nas comarcas de médio e grande porte e criação de Vara de Proteção na Unidade do PARAPAZ Mulher. Foram realizados 02 cursos de formação de grupos reflexivos de homens autores de violência doméstica. Ainda, implementou-se o projeto Mudando a História no Estado do Pará.

8.2 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Fortalecer a justiça restaurativa

Ações

8.2.1 Promover o fortalecimento das ações de Justiça Restaurativa.

Responsável: Betânia Figueiredo Pessoa - Juíza Coordenadora da CJR

(Concluído) ✓

Desenvolveu-se a formação e supervisão de facilitadores(as) e multiplicadores(as)/instrutores(as) de Justiça Restaurativa com a realização do curso de facilitadores(as), nas comarcas de Santarém e Belém com as seguintes turmas: a primeira com 30 alunos concluintes, a segunda com 36 alunos e a terceira com 21 alunos. Foi realizada a formação de facilitadores(as) na Secretaria do Estado de



Educação, em Santarém, com 60 alunos(as). Também, foi realizado o curso de aprofundamento da Justiça Restaurativa para Equipe - Habilidades e ferramentas, para facilitadores(as) de justiça restaurativa e curso conferência de grupo familiar, capacitando toda a equipe da Coordenadoria de Justiça Restaurativa. Foi feita a revitalização da Justiça Restaurativa na Comarca de Santarém. Quanto à promoção de ações de Cooperação Técnica, foi assinado o termo de cooperação técnica com a Universidade Federal do Oeste do Pará, a fim de realizar práticas restaurativas em conjunto na comarca de Santarém.

8.2.2 Implantar o Projeto Caminho de Casa

Responsável: Christiany Leticia Maciel Bol, Analista Judiciária

(Concluído) ✓

Projeto implantado. O projeto Caminho de Casa visa atender mulheres presas que estão concluindo pena, de modo que possam ser reintegradas no seio familiar e na comunidade, oportunizando redimensionar atitudes no novo projeto de vida.

8.3 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Apoiar e desenvolver ações de ressocialização de apenados(as) e egressos(as)

Ações

8.3.1 Instalar Escritório Social em Santarém

Responsável: Flávio Oliveira Lauande, Juiz de direito

(Concluído) ✓

Escritório social implantado em Santarém. Os escritórios sociais se consolidam enquanto política fomentada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de atendimento qualificado à pessoa egressa. O objetivo é que o Estado, por meio de ação integrada entre Judiciário e Executivo, promova uma nova trajetória cidadã para pessoas que tiveram contato com o cárcere e seus familiares facilitando o acesso a serviços e direitos previstos em lei.

8.3.2 Elaborar protocolo judiciário de atendimento às grávidas e lactantes privadas de liberdade, em observância aos dispositivos constantes da resolução CNJ nº 369/2021.

Responsável: Deomar Alexandre de Pinho Barroso, Juiz de Direito

(Concluído) ✓

Protocolo elaborado. Com base nas necessidades identificadas, definiu-se os objetivos e metas do protocolo de atendimento, estabelecendo o que se espera alcançar com o projeto.

8.3.3 Fortalecer o Programa Começar de Novo

Responsável: Deomar Alexandre de Pinho Barroso, Juiz de Direito

(Concluído) ✓

Ampliou-se a equipe técnica do Programa Começar de Novo com a lotação de 03 servidores do quadro e de 01 técnica cedida do TCE. Formação em Inteligência Emocional do Método CIS para a população carcerária e Agentes de Segurança Pública do Estado do Pará, que resultou no Projeto de formação em inteligência emocional - Método CIS, o qual foi apresentado ao Prêmio Inovare. Estabelecimento do Plano de Atenção Integral ao Paciente Judiciário – PRAÇAÍ. Ampliação das Ações do Projeto Conquistando a Liberdade. Reestruturação do Projeto de Digitalização do TJPA e demais seleções/inclusões de egressos do Sistema Penal da RMB.

8.3.4 Promover ações para aprimorar as audiências de custódia nas Comarcas do Interior

Responsável: Flávio Oliveira Lauande, Juiz de direito

(Concluído) ✓

Desenvolveu-se estudo prévio, fluxo de ações, estudo das experiências de outros tribunais e criação de formulários. Concluiu-se pelo início do Projeto Piloto na Vara de Execução Penal de Santarém, para verificação dos materiais necessários e da sistematização do método para os demais magistrados(as) e, também, para a capacitação dos profissionais envolvidos nas audiências de custódia.

8.3.5 Implantar Programa de Identificação Civil por meio de biometria nas Audiências de Custódia

Responsável: Caio Marco Berardo, Juiz de Direito

(Concluído) ✓

Programa implantado. Divulgação por meio de página web com todo o material atinente ao programa, em especial cartilha e vídeos didáticos para a operação do sistema.

8.3.6 Implantar Centro de Apoio as Vítimas

Responsável: Caio Marco Berardo, Juiz de Direito

(Concluído) ✓

Elaborada minuta de Portaria de Implementação dos Centros Especializados em Atenção às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais, nas Comarcas de Belém e Santarém.

8.3.7 Instalar Escritório Social em Marabá

Responsável: Caio Marco Berardo, Juiz de Direito

(Concluído) ✓

Escritório social implantado.

8.3.8 Fortalecer o Grupo de Monitoramento e Fiscalização Carcerária- GMF

Responsável: Caio Marco Berardo, Juiz de Direito

(Concluído)✓

Fez-se levantamento sobre os GMF de outros Estados. Elaborou-se minuta de Organização interna. Implementou-se estrutura mínima das novas funções, com lotação de servidores com atuação exclusiva para o apoio administrativo, bem como da equipe multidisciplinar.

8.4 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aperfeiçoar os sistemas de controle e julgamento na área criminal

Ações

8.4.1 Aperfeiçoar o painel de gestão com informações de pessoas privadas de liberdade.

Responsável: Caio Marco Berardo, Juiz de Direito

(Concluído)✓

Painel implementado. Também, elaborou-se cartilha e fluxo de como alimentar os dados necessários para o painel.

8.4.2 Propor a instituição do Núcleo de Justiça para execução penal.

Responsável: Caio Marco Berardo, Juiz de Direito

(Concluído)✓

Estudo apresentado à Presidência, o qual englobou, entre outros, minuta de projeto de lei criando cargos permanentes a serem direcionados ao Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução e Medidas Socioeducativas do Estado Do Pará.

8.4.3 - Sanear as divergências no Sistema BNMP

Responsável: Caio Marco Berardo, Juiz de Direito

(Concluído)✓

Sistema saneado.

8.4.4 Propor a implementação do Juiz de Garantias no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará

Responsável: Juiz Sílvio Cesar dos Santos Maria

(Concluído)✓

Minuta de resolução elaborada.

9 MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

Coordenador: Fábio Djan Oliveira de Lima, Diretor de Planejamento, Gestão e Estatística

9.1 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Implantar política de governança institucional

Ações

9.1.1 Aprimorar o sistema de controle da gestão da transparência.

Responsável: Fábio Djan Oliveira de Lima, Diretor de Planejamento, Gestão e Estatística

(Concluído) ✓

Sistema de controle aprimorado. Foram realizadas publicações no Portal da Transparência, no Sistema Normativo Administrativo (SINAD), incluindo a Coordenadoria de Precatórios, Núcleo Socioambiental, Comissões Regimentais, Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças, Secretaria de Informática, Coordenação de Contratos e Convênios, Serviço de Licitação, Divisão de Compras e Cadastro Eletrônico de Peritos e de Órgãos Técnicos ou Científicos, após aprovação das áreas envolvidas. Além do processo de Gerenciamento de Publicação no Portal da Transparência.

9.1.2 Publicar o apetite a riscos do PJPA.

Responsável: Kelsilene Silva da Rocha, Coordenadora de Gestão de Processos e Riscos

(Concluído) ✓

Minuta da Declaração de Apetite a Riscos publicada.

9.1.3 Alcançar o selo Ouro no Prêmio CNJ de Qualidade.

Responsável: Desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos

(Concluído) ✓

Selo ouro conquistado. Para tanto, criou-se a Comissão Gestora do Prêmio CNJ de Qualidade no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará (COGESPRES), foram realizados 12 webinários nas 16 regiões judiciárias, para esclarecimentos sobre os requisitos do prêmio CNJ de qualidade, ainda, foram realizadas reuniões com as unidades administrativas e judiciárias para orientação acerca do cumprimento dos requisitos do prêmio, além de terem sido criados grupos de apoio para saneamento nas unidades de 1º e 2º grau, para cumprimento da meta 10, e saneamento do Sistema Eletrônico de Execução Unificada e Banco Nacional de Mandados de Prisão.

9.1.4 Implantar o Manual de Gestão de Riscos do PJPA

Responsável: Kelsilene da Silva Rocha, Coordenadora de Gestão de Processos e Riscos

(Concluído) ✓

Manual de Gestão de Riscos do PJPA publicado.

9.1.5 Rever os procedimentos e o manual do processo de Prestação de Contas Anual de Gestão.

Responsável: Tiago Silva Guimarães, Secretário de Auditoria

(Concluído) ✓

Foram elaborados capítulos do manual do processo de Prestação de Contas Anual de Gestão contendo detalhamento das atividades de prestação de contas sob a responsabilidade da Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças (SEFIN), Secretaria de Administração (SEADM), Secretaria de Engenharia e Arquitetura (SEENG) e Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística (DEPGE). Após, desenhou-se e compilou-se os fluxos do processo de cada unidade. Por fim, fez-se a revisão e publicação de Manual de Prestação de Contas Anual de Gestão.

9.1.6 Rever os procedimentos e o manual de Monitoramento de Auditoria.

Responsável: Tiago Silva Guimarães, Secretário de Auditoria

(Concluído) ✓

Desenhou-se fluxo do monitoramento de auditoria, desenvolveu-se controles preventivos e de mitigação, revisou-se os indicadores e, então, fez-se a publicação do manual de monitoramento de Auditoria.

9.1.7 Implementar a gestão de riscos na SEAUD – 1º Ciclo.

Responsável: Tiago Silva Guimarães, Secretário de Auditoria

(Concluído) ✓

Identificou-se, avaliou-se e analisou-se os riscos do processo de Auditoria da Secretaria de Auditoria Interna. Após, avaliou-se o nível de confiança dos controles existentes e previu-se de novos controles. Por fim, elaborou-se o Relatório de Atividade e Ficha de Gerenciamento de Riscos e Controles (1º ciclo), o qual foi encaminhado à Presidência.

9.1.8 Atualizar a Matriz de Priorização de objetos de auditoria.

Responsável: Tiago Silva Guimarães, Secretário de Auditoria

(Concluído) ✓

Elaborou-se formulário para as unidades administrativas do Tribunal revisarem seus processos e prestarem informações necessárias para avaliação e elaboração da Matriz. Após, os processos foram avaliados e foram atribuídas notas em quatro critérios: relevância, materialidade, criticidade e riscos. Ao final, os processos foram

ranqueados em ordem decrescente. Por fim, publicou-se a Matriz de Priorização de Objetos de Auditoria.

9.1.9 Desenvolver e implantar solução para gestão de precatórios, integrado ao PJE.

Responsável: Charles Menezes Barros, Juiz de Direito

(Concluído) ✓

Desenvolveu-se e implantou-se ferramenta de envio simplificado do ofício precatório no PJE, contemplando ajustes de tela e fluxo.

9.1.10 Difundir a cultura de inovação no Poder judiciário

Responsável: Charles Menezes Barros, Juiz de Direito

(Concluído) ✓

Promoveu-se a sensibilização de magistrados(as), servidores(as) por meio da Oficina Inova EJPA, com a participação de todos os(as) servidores(as) da EJPA e equipe da Central de Comunicação Interna de Apoio à Magistratura. Ainda, ofertou-se Palestra com o tema “Nova Fronteira Judiciária: Inteligência Artificial e Poder Judiciário”. Elaborou-se projeto para incentivo à participação de magistrados(as) e servidores(as) na proposição e desenvolvimento de projetos no Laboratório de Inovação Pai D'Égua. Criou-se rede social de inovação utilizando o aplicativo Viva *Engage* da Microsoft, já integrado ao pacote disponível aos(às) servidores(as). Fez-se ampla divulgação dos projetos e produtos do Laboratório de Inovação Pai D'Égua. Além de ter sido criado o novo site do Laboratório Pai D'Égua, com mais interação e modernidade.

9.1.11 Institucionalizar projetos voltados a melhoria da gestão documental e gestão da informação

Responsável: Rodolfo Silva Marques, Diretor do Departamento de Documentação e Informação

(Concluído) ✓

Institucionalização dos projetos: Museu Criança; Pesquisa e Satisfação; Acesso à Biblioteca Digital: do descarte à educação; e Museu Judiciário de Portas Abertas.

9.1.12 Realizar o XII Encontro do Conselho de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil- CONSEPRE

Responsável: Desembargadora Maria de Nazaré Gouveia dos Santos

(Concluído) ✓

Evento realizado. Das tratativas para organização logística e de segurança, passando por organização e assessoria do evento, elaboração de identidade visual, vídeo institucional, elaboração de roteiros, produção de materiais, até a assistência interna e externa.

9.2 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aperfeiçoar a infraestrutura do Poder Judiciário

Ações

9.2.1 Modernizar nova sede da Escola Judicial do Estado do Pará.

Responsável: Gustavo Araújo de Souza Leão, Secretário de Engenharia,

(Concluído) ✓

Obra concluída. Disponibilizada nova estrutura física para a Escola Judicial do Estado do Pará, provendo-se uma infraestrutura moderna e adequada para a expansão de suas atividades.

9.2.2 Modernizar o espaço físico do Laboratório de Inovação Pai Dégua.

Responsável: Gustavo Araújo de Souza Leão, Secretário de Engenharia,

(Concluído) ✓

Obra concluída.

9.2.3 Elaborar projeto piloto do Fórum do Futuro para Comarcas de Vara Única.

Responsável: Carlo Gustavo da Cunha Martins, Chefe da Divisão de Projetos

(Concluído) ✓

Foi entregue Projeto piloto elaborado em consonância ao Manual de Diretrizes Gerais. O referido Manual foi concluído objetivando a identificação das rotinas do funcionamento das unidades e a estrutura adequada necessária para seu atendimento, levando em consideração as novas tecnologias, em especial aquelas voltadas a realização de atos à distância, o conforto e a qualidade da experiência do usuário interno e externo da unidade, a flexibilidade dos ambientes, a possibilidade de diferentes usos ao longo de sua vida útil, as possibilidades de integração e conexões entre ambientes, as setorizações, os níveis de segurança, o estabelecimento de circulações públicas e privadas, a adoção de parâmetros voltados para acessibilidade e sustentabilidade, o detalhamento dos ambientes incluindo informações quanto ao dimensionamento e a identificação da infraestrutura necessária, entre outros critérios.

9.2.4 Elaborar projeto piloto do Fórum do Futuro para Comarcas Polo.

Responsável: Carlo Gustavo da Cunha Martins, Chefe da Divisão de Projetos

(Concluído) ✓

Entregou-se Projeto piloto elaborado em consonância ao Manual de Diretrizes Gerais (*vide* item anterior).

9.2.5 Expandir o projeto de sistema de energia fotovoltaica.

Responsável: Max Jorge Machado Santos, Analista Judiciário

(Concluído) ✓

Expansão para 5 unidades: Juizado Sta. Izabel, Fórum de Concórdia do Pará, Escola Judicial, Justiça Militar, Divisão de Manutenção da Secretaria de Engenharia e Arquitetura.

9.2.6 Ampliar a capacidade de monitoramento de pessoas a serem submetidas ao sistema de detecção de metal.

Responsável: Rodrigo Aleixo Melo dos Santos - CEL QOPM

(Concluído) ✓

Capacidade ampliada com a aquisição de equipamentos de detecção de metal, fazendo-se cumprir as normas de controle de acesso do Poder Judiciário, aumentando o grau de controle para entrada de jurisdicionados(as), servidores(as) e magistrados(as) nas instalações prediais do Poder Judiciário.

9.2.7 Ampliar a quantidade de instalações prediais do Poder Judiciário servidas de circuito fechados de TV (CFTV).

Responsável: Rodrigo Aleixo Melo dos Santos - CEL QOPM

(Concluído) ✓

Ampliação concluída. Instalação de 90 CFTV (Instalação/Manutenção de CFTV e Arco Detector de Metal).

9.2.8 Lançar a Pedra Fundamental do Novo Complexo Judiciário da Comarca da Capital.

Responsável: Gustavo Araújo de Souza Leão, Secretário de Engenharia

(Concluído) ✓

Aquisição de Imóvel localizado na avenida Pedro Miranda, entre as travessas Alferes Costas e Perebebuí, no bairro da Pedreira, em Belém, com projeto desenvolvido pela Secretaria de Engenharia e Arquitetura do TJPA, que inclui a reforma da edificação principal e a construção dos novos prédios do Fórum Cível e do Fórum Criminal de Belém, além de espaços destinados às unidades administrativas do Judiciário.

9.2.9 Inaugurar o Centro de Tecnologia e Informação do PJPA

Responsável: Gustavo Araújo de Souza Leão, Secretário de Engenharia

(Concluído) ✓

Obra entregue. Obra de reforma com recursos do projeto Estrutura Pará/Cooperação Técnica com o Governo do Estado.

9.3 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Fortalecer a gestão do 1º Grau de Jurisdição

9.3.1 Expandir as consultorias às unidades judiciárias.

Responsável: Luciana Sá Fernandes, Coordenadora de Gestão Estratégica

(Concluído) ✓

Expansão realizada. Foram realizadas 284 consultorias a diversas unidades judiciárias do Estado, incluindo apresentação do painel de Gestão judiciária, juntamente com a elaboração do plano de ação para melhoria dos indicadores de desempenho das unidades de 1º e 2º graus de jurisdição.

9.3.2 Promover workshop de orientação sobre glossário de metas nacionais e Tabela Processual Unificada (TPU).

Responsável: Gleison Augusto Furtado Gomes, Coordenador de Indicadores e Metas

(Concluído) ✓

Workshop realizado. Foram realizados 5 workshops ao longo de 2023 e 2024, todos voltados para o conhecimento das regras de movimentação e classificação de processos, de acordo com regras próprias estabelecidas pelo CNJ. O penúltimo evento contou a participação de membro da Secretaria de Informática, o que permitiu sinergia entre as equipes (DEPGE e SECINFO) e melhor aproveitamento do evento junto aos alunos. No último evento, feito em parceria com o TJTO, foi possível inscrição de todo o público interno, por meio do site da Escola Judicial, com o evento realizado em dois dias, havendo bastante interação e entrega de conhecimento necessário para a melhoria de performance nas unidades judiciárias.

9.3.3 Aperfeiçoar o painel de gestão de atividades.

Responsável: Gerson Medeiros da Silva, Coordenador de Estatística

(Concluído) ✓

Painel aperfeiçoado. Foi apresentado novo layout, definiu-se tarefas que geram produtividade, criou-se medidas de totalização de tarefas e, também, gráficos comparativos e de histórico de dados, além do aperfeiçoamento da tabela de competências.

9.3.4 Aprimorar o Painel de Gestão Judiciária.

Responsável: Gerson Medeiros da Silva, Coordenador de Estatística

(Concluído) ✓

Painel aprimorado. Desenvolvido e implementado melhoramentos nas funcionalidades visuais e relatórios do Painel de Gestão Judiciária, decorrentes da experiência do usuário ou da alteração de normativos de órgãos internos ou externos ao TJPA.

9.3.5 Desenvolver ferramentas de visualização de dados e Business Intelligence -BI.

Responsável: Gerson Medeiros da Silva, Coordenador de Estatística

(Concluído) ✓

Foram desenvolvidos e publicados Painéis visando disponibilizar dados operacionais e indicadores gerenciais, com foco no aprimoramento da gestão orientadas por dados e impacto nos resultados das unidades administrativas e judiciárias do TJPA. Assim foram entregues os seguintes produtos: Aperfeiçoamento do Painel Mapa da Judicialização da Saúde com criação de *layout*, página com processos da meta 2, aperfeiçoamento dos filtros e centralização do gerenciamento. Entrega de Painel com dados de recorribilidade e reversibilidade com apresentação de *layout*, desenvolvimento de medidas e visuais, publicação e testes em ambiente web. Aprimoramento do Painel de Grandes Litigantes com o aperfeiçoamento da consulta de dados, levantamento de requisitos, definição de medidas para agregação dos dados e ajustes na base de dados para consulta do nome das partes. Entrega do Painel Mapa da Judicialização das Ações Ambientais, sendo feito o levantamento dos assuntos da matéria ambiental e mineração de dados através de consultas SQL. Aperfeiçoamento do Painel da Sustentabilidade (PLS) com o aprimoramento do fluxo de dados *Microsoft Forms* e *Power Automate*, ajustes na base de dados e atualização de variáveis da nova resolução do CNJ e correção de inconsistências na base de dados do PLS. Ainda, entregou-se o Painel de Histórico de Indicadores e Produtividade, o Painel de Indicadores Educacionais da Escola Judicial do Pará com apresentação da Informação sobre os participantes e Cursos oferecidos pela Escola e o quantitativo de cadeiras concluídas. Painel de despesas e dados orçamentários (Resolução nº 76/2009). Painel de estatísticas TJPA (Resolução nº 76/2009). Painel de Indicadores de resultado da Vice-Presidência. Painel de Monitoramento da Violência contra a mulher e crianças e adolescentes e Painel do histórico do acervo processual (Corregedoria).

9.3.6 Promover Webinários sobre o Prêmio de Produtividade nas 16 Regiões Judiciárias

Responsável: Fábio Djan de Oliveira Lima, Diretor do DEPGE

(Concluído) ✓

Foram realizados webinários para esclarecer sobre o Prêmio de Produtividade, nas 16 regiões judiciárias do TJPA, assim, visou-se capacitar os participantes para maximizar seus benefícios, contribuindo para o aprimoramento da gestão judiciária em todas as regiões.

10 MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

Coordenadora: Camila Soares Amado, Secretária de Gestão de Pessoas

10.1 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Implantar o Modelo de Gestão por Competências

Ações

10.1.1 Implementar o modelo de Gestão por Competência

Responsável: Jean Karlo Quintela de Souza, Coordenador de Desenvolvimento de Pessoal

(Concluído) ✓

Foi realizado o processo de implementação do modelo de Gestão por Competências no Tribunal de Justiça do Estado do Pará, visando atender à Resolução nº 198/2014 do CNJ. Foram realizadas oficinas para mapeamento das unidades judiciárias e identificação do grau de lacuna das competências e ao fim os dados extraídos foram inseridos no Sistema GESTCOM e ao final foram disponibilizadas aos servidores e gestores uma avaliação das necessidades de desenvolvimento de habilidades e competências.

10.2 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Melhorar os métodos e práticas adotadas na gestão de pessoas

Ações

10.2.1 Aperfeiçoar a Solução de Gestão de Pessoas

Responsável: Camila Soares Amado, Secretária de Gestão de Pessoas.

(Concluído) ✓

Foram adotadas soluções para melhoria das práticas cotidianas da Gestão de Pessoas. Realizou-se levantamento do cenário atual do uso de MENTORH/OSM. Concluído a preparação de documentos técnicos para novas contratações e acompanhamento dos contratos. Foram realizadas a execução da etapa normalização da Solução de Gestão de Pessoas, com inclusão de novas funcionalidades, correções e adaptações prioritárias.

10.2.2 Implantar o Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas

Responsável: Josiane Siqueira Cardoso Vieira, Analista Judiciário – Administração

(Concluído) ✓



Foi feita a minuta do Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas com as diretrizes para Implantação do Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas que defina princípios, diretrizes, objetivos e práticas para o planejamento de Pessoas de forma inter-relacionada e integrada à estratégia organizacional, a fim de favorecer as ações e práticas de gestão de pessoas em conformidade com os objetivos estratégicos e as expectativas e necessidades das pessoas.

10.2.3 Estabelecer a lotação paradigma das Unidades de Processamento Judicial - UPJs.

Responsável: Luis Fernando Gomes Lima, Analista Judiciário - Administração

(Concluído) ✓

Foi realizada por intermédio de uma ação Inter-setorial coordenada pela Secretaria de Gestão Pessoas com apoio das Secretarias de Informática e Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística, visando definição de parâmetros objetivos para implementação da Lotação Paradigma nas UPJs. Como resultado, foi produzida a minuta de ato normativo para atualização da Portaria nº 4477/2017.

10.2.4 Implantar a pesquisa de satisfação dos(as) usuários(as) da Secretaria de Gestão de Pessoas

Responsável: Hellen Geysa da Silva Miranda Brancalhão, assessora jurídica da Secretaria de Gestão de Pessoas

(Concluído) ✓

O formulário eletrônico de pesquisa de satisfação do usuário foi elaborado, disponibilizado e consolidado e agora será utilizado para medir a satisfação dos usuários internos e externos dos serviços prestados pela equipe técnica da Secretaria de Gestão de Pessoas.

10.2.5 Automatizar e integrar as ferramentas de solicitação e emissão de documentos funcionais no Sistema de Gestão de Pessoas

Responsável: Jean Karlo Quintela, Coordenador de Desenvolvimento

(Concluído) ✓

Foi realizada a Automatização e integração das ferramentas de solicitação e emissão de documentos funcionais no Sistema de Gestão de Pessoas. Um novo modelo de crachá foi disponibilizado juntamente com as ferramentas para sua emissão.

10.2.6 Otimizar a força de trabalho mediante implantação de novos métodos de organização do trabalho.

Responsável: Camila Amado Soares, Secretária de Gestão de Pessoas

(Concluído) ✓



Foram implantados novos programas para aperfeiçoamento da força de trabalho da Secretaria de Gestão de Pessoas entre eles o Programa SANAR, programa de trabalho implantado com o objetivo de solucionar o excessivo número de mandados judiciais represados nas Centrais de Mandados do PJPA, em especial, nas comarcas de Belém, Parauapebas, Marabá e São Félix do Xingu. Foram criados ainda vários instrumentos normativos com objetivo de aprimorar o fluxo de trabalho da Secretaria.

10.2.7 Implantar painéis dinâmicos e automatizados com dados sobre a força de trabalho.

Responsável: Maria Gabriella Figueiredo Vieira, Analista Judiciário – Estatística

(Concluído) ✓

Foi Implantado o painel com dados quantitativos e a lista nominal de magistrados(as) e servidores(as), ativos e inativos, o mesmo está disponível no endereço: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiNmZjNTVhZWVhY2ZjYi00MjdiLThjYzEtMDBkNTE0ODQzMWI4liwidCI6IjVmNmZkMTFILWNkZjUtNDVhNS05MzM4LWI1MDFkY2VmZWFiNSJ9>

10.2.8 Modernizar os programas, ações e práticas atreladas ao desenvolvimento de pessoal.

Responsável: Jean Karlo Quintela de Souza, Coordenador de Desenvolvimento de Pessoal

(Concluído) ✓

Foi realizado a ampliação do programa de Estágio com a realização de processo seletivo para estudantes de pós-graduação. E ainda foi construído painel de quantitativo de estagiários(as) com a lista nominal e informação do vínculo atual.

O painel está disponível através do link:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiN2I3NTU5ZjktNzZiZS00MTE5LTkyNzMtN2E4NWlwYWE5OWI3liwidCI6IjVmNmZkMTFILWNkZjUtNDVhNS05MzM4LWI1MDFkY2VmZWFiNSJ9>

10.2.9 Aperfeiçoar o concurso de remoção de servidores e servidoras.

Responsável: Camila Amado, Secretária de Gestão de Pessoas

(Concluído) ✓

Concluída a nova resolução do processo de remoção de servidores, onde foram incluídas novas regras mais abrangentes como: a) contemplar/privilegiar servidores e servidoras que atuam em comarcas de difícil provimento, localizadas no interior do Estado do Pará; b) possibilitar movimentação funcional em prol da proteção da mulher vítima de violência doméstica amparada pela Lei Federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha); c) autorizar a movimentação funcional de vítimas de práticas assediadoras e discriminatórias com fundamento na Resolução CNJ nº. 351/2020.

10.3 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Fortalecer a política de atenção à saúde e qualidade de vida

Ações

10.3.1 Fomentar melhoria da qualidade da saúde de magistrados(a) e servidores(a).

Responsável: José Miguel Alves Junior, Coordenador de Saúde

(Concluído) ✓

Realizada a ampliação dos programas e projetos de promoção da saúde e qualidade de vida dos servidores do TJPA, entre os quais realizou-se ações para redução da incidência das 5 principais patologias causadoras de afastamento constatadas no exame periódico de saúde e nos atestados de saúde protocolados. Além do mais realizou-se a 1ª pesquisa sobre assédio e discriminação no TJPA.

10.3.2 Implantar o projeto "a SGP vai até você"

Responsável: Camila Amado Soares, Secretária de Gestão de Pessoas

(Concluído) ✓

Realizada triagem prévia para seleção das unidades judiciárias do interior que receberão o projeto saúde itinerante e com isso realizado a capacitação, divulgação e apresentação do Projeto através de visitas técnicas presenciais levando mais informação e acesso a soluções de saúde e clima organizacional.

10.3.3 Implantar o Espaço Materno

Responsável: Carolina Queiroz Monteiro, Chefe do Serviço de Apoio Psicossocial

(Concluído) ✓

Foi estruturado no Fórum Criminal da capital o espaço físico de acolhimento às servidoras lactantes oferecendo estrutura para realizarem a extração do leite materno durante o expediente de trabalho, permitindo que persistam na amamentação de seus filhos, sem comprometer sua saúde

10.4 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aperfeiçoar a formação de magistrados(as) e servidores(as)

Ações

10.4.1 Promover ações para formação e aperfeiçoamento

Responsável: Cristhianne de Campos Corrêa, Secretária da EJPA

(Concluído)✓

Foram ofertados cursos para ingresso, vitaliciamento e promoção na carreira da magistratura. E para o desenvolvimento das competências necessárias para o desempenho das atividades inerentes as atribuições de magistrados(as) e servidores(as).

10.4.2 Ofertar cursos de Pós-Graduação

Responsável: Cristhianne de Campos Corrêa, Secretária da EJPA

(Concluído)✓

Foram ofertados dois cursos de Pós Graduação , sendo Pós Graduação em Processo Civil e pós graduação em Gestão. A EJPA em parceria com o Governo Estadual, os Governos Municipais, Órgãos Públicos, Universidades Públicas e Privadas de Ensino Superior oferta cursos de Pós- Graduação, visando ampliar as oportunidades de formação continuada dos recursos humanos para o exercício de cargos da magistratura e executivos, bem como, de entidades públicas estaduais e municipais na promoção da justiça e paz social.

10.4.3 Aperfeiçoar e modernizar as plataformas de ensino da EJPA.

Responsável: Diego Baptista Leitão, Analista Judiciário

(Concluído)✓

Realizado o levantamento das ferramentas necessárias para solução de aperfeiçoamento e modernização da plataforma de ensino, com isso elaborou-se o projeto com as melhorias necessárias para as atuais plataformas utilizadas pela Escola Judiciária, assim como a aquisição de novas ferramentas e elaboração de novos canais de publicidade e em seguida a contratação dos serviços especializados.

10.4.4 Fomentar a capacitação do corpo funcional em governança nas contratações e na nova lei de licitação

Responsável: Desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos

(Concluído)✓

Foram ofertados cursos, oficinas e webinários para capacitar e preparar os servidores e servidoras do Poder Judiciário do Estado do Pará, para aplicação da nova lei de licitações, sobre o Planejamento e Governança nas Contratações Públicas e Planejamento de Compras Públicas Sustentáveis.

10.4.5 Promover capacitação em segurança de autoridade

Responsável: CEL QOPM Rodrigo Aleixo Melo dos Santos – Coordenador Militar TJEPA

(Concluído)✓



Foi realizada a capacitação em segurança de autoridade que visa promover competências necessárias ao desempenho profissional em suas esferas de atribuições, além de estimular à autonomia intelectual, tomada de decisões em situação de risco, execução de procedimentos e atitudes padronizadas, pautadas nos direitos humanos, na ética e na cidadania, a fim de assegurar a integridade física dos tomadores de serviços e dos operadores de segurança pública.

10.5 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Promover políticas de reconhecimento e valorização de magistrados e magistradas, servidores e servidoras.

Ações

10.5.1 Implementar indicadores de Gestão de Pessoas

Responsável: Jean Karlo Quintela de Souza, Coordenador de Desenvolvimento de Pessoal

(Concluído) ✓

Foi realizada a Normatização dos Indicadores de gestão de pessoas com publicação do painel gestão de pessoas na palma da mão e publicação da portaria que define os indicadores de gestão de pessoas.

10.5.2 Implantar o Painel de Indicadores de Gestão de Pessoas - "SGP na palma da mão"

Responsável: Jean Karlo Quintela de Souza, Coordenador de Desenvolvimento de Pessoal

(Concluído) ✓

Disponibilizado o Painel de Gestão de Pessoas. O Painel foi publicado nos portais interno e externo do TJPA. É possível localizá-lo através do seguinte link: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Gestao-de-Pessoas-na-Palma-da-Mao/468261-apresentacao.xhtml>

10.5.3 Elaborar proposta de revisão do plano de carreiras, cargos e remuneração dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Pará

Responsável: Camila Amado Soares - Secretária de Gestão de Pessoas

(Concluído) ✓

Realizada a proposta de Revisão do Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Pará (Lei nº6.969/2007), com vista a



atualização da carreira, dos cargos (incluindo requisitos de ingresso e competências) e dos requisitos/aspectos legais para progressão funcional e estágio probatório.

10.5.4 Publicar artigos científicos selecionados de magistrados(as) e servidores(as).

Responsável: Cristhianne de Campos Corrêa, Secretaria da EJPA

(Concluído) ✓

Foram publicados artigos científicos de Magistrados e Servidores a partir de critérios objetivos, como relevância do tema, qualidade metodológica, originalidade, entre outros aspectos relevantes, após a divulgação da iniciativa aos magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário do estado, incentivando a participação e submissão de artigos científico.

10.5.5 Implementar outras ações de reconhecimento e fortalecimento do Capital Humano de PJPA

Responsável: Camila Amado Soares

(Concluído) ✓

Foi implementado um conjunto de ações voltadas para o reconhecimento, valorização e desenvolvimento do capital humano do TJPA, com foco em fortalecer as competências, a motivação e o bem-estar dos magistrados e servidores. O objetivo é criar um ambiente de trabalho positivo, motivador e que estimule o crescimento profissional e pessoal dos magistrados servidores, contribuindo para a excelência na prestação jurisdicional.

11 MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Coordenador: Miguel Lucivaldo Alves Santos, Secretário de Planejamento, Orçamento e Finanças

11.1 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Implantar Política de Qualidade dos Gastos

Ações

11.1.1 Implementar mecanismos automatizados de gerenciamento e aferição dos custos da política administrativa e judicial.

Responsável: Alice Viana Soares Monteiro, Analista Judiciário

(Concluído) ✓

Foi estruturado em parceria com a EJPA, o programa de formação de equipes de alta performance em gestão de custos do Poder Judiciário, com o objetivo de oferecer mecanismos de gerenciamento e aferição dos custos de execução administrativa e judicial de forma eficiente, visando o acompanhamento e a otimização sistemática dos gastos, por meio da identificação de oportunidades de investimentos e pela tomada de decisões mais assertivas. É fundamental que se construa uma cultura que perpassa toda a instituição, onde todas as unidades (administrativas ou judiciárias) engajem-se em um esforço coordenado para aprimorar a qualidade dos gastos do Poder Judiciário.

11.2 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Otimizar a Gestão Fiscal Orçamentária e Financeira

Ações

11.2.1 Fortalecer a gestão e execução dos instrumentos de planejamento orçamento e finanças

Responsável: Miguel Lucivaldo Alves Santos, Secretário de Planejamento, Orçamento e Finanças

(Concluído) ✓

Conclui-se a Integração da “Rede Mais Brasil”, do Governo Federal, visando à melhoria da gestão nos processos de transferências de recursos da União, com o objetivo de estruturar mecanismos de fortalecimento dos instrumentos de planejamento fiscal, orçamentário e financeiro, com a finalidade de aprimorar a gestão e a capacidade de entregas objetivando à melhoria da prestação jurisdicional.

11.2.2 Aprimorar a gestão financeira

Responsável: Anailton Paulo Alencar, Diretor Financeiro

(Concluído)✓

Foram implementadas ferramentas de modernização e aprimoramento da gestão financeira proporcionando a ampliação das medidas de desburocratização, celeridade, transparência e controle na gestão financeira.

11.2.3 Modernizar a gestão orçamentária

Responsável: Ana Paula Bezerra dos Santos, Coordenadora de Orçamento

(Concluído)✓

Foram implementados mecanismos de modernização da gestão orçamentária por meio da utilização intensiva de tecnologias de gestão e informação e pela implementação de painéis e ferramentas de medidas de integração entre o planejado e a efetiva execução física.

11.2.4 Modernizar a gestão tecnológica da arrecadação

Responsável: Arthur Conrado de Melo Neto, Coordenador de Arrecadação

(Concluído)✓

A ação foi concluída com a inserção de mecanismos de modernização da gestão e operacionalização de projetos e ações que visem o aperfeiçoamento e automatização da gestão fiscal e da estrutura de arrecadação da receita própria do Poder Judiciário, proveniente das atividades desenvolvidas pelas serventias judiciais e extrajudiciais e decorrente das aplicações financeiras.

11.2.5 Modernizar a Estrutura Normativa da Arrecadação

Responsável: Arthur Conrado de Melo Neto, Coordenador de Arrecadação

(Concluído)✓

Concluída a atualização da estrutura normativa de regulação e de requalificação de procedimentos da arrecadação judicial e extrajudicial, visando o aprimoramento dos mecanismos de fiscalização e de cobrança de custas e criar o Código de Normas de Administração Tributária do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

11.2.6 Realizar estudos de reestruturação Orgâno-funcional da Coordenadoria de Arrecadação.

Responsável: Arthur Conrado de Melo Neto, Coordenador de Arrecadação

(Concluído)✓



Realizado estudo para reestruturação organo-funcional da Coordenadoria Geral de Arrecadação, visando o aperfeiçoamento da administração tributária e da gestão fiscal do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

11.2.7 Modernizar a Gestão de Investimentos do Poder Judiciário do Pará.

Responsável: João Gustavo Gouveia Loureiro, Assessor

(Concluído) ✓

Foram realizadas ações para modernizar normativos, processos e ferramentas da Gestão das Aplicações Financeiras do PJPA, no intuito de aprimorar a gestão, aperfeiçoar o controle e maximizar o retorno financeiro.

11.2.8 Implementar o Programa de Avaliação da Maturidade de Gestão Fiscal

Responsável: João Gustavo Gouveia Loureiro, Assessor

(Concluído) ✓

Foi implementada ferramenta de gestão e monitoramento da evolução da maturidade dos processos de gestão fiscal e avaliação da melhoria do desempenho, o resultado da avaliação permite à Organização orientar seu planejamento estratégico, com vistas a potencializar seus resultados e priorizar seus investimentos.

11.2.9 Aprimorar a gestão estratégica e a governança corporativa do planejamento fiscal, orçamentário e financeiro

Responsável: Miguel Lucivaldo Alves Santos, Secretário de Planejamento

(Concluído) ✓

Foram realizados mecanismos de aprimoramento da gestão fiscal, orçamentaria e financeira que envolve mapear e redesenhar a estrutura administrativa, estabelecer mecanismos e instrumentos de execução da estratégia que envolve pessoas, processos de trabalho, projetos, fluxo de informações, sistemas de gestão e governança, capacitação de gestores e servidores, com vistas à melhoria da gestão e governança necessárias à prestação dos serviços aos jurisdicionados.

12 MACRODESAFIO: FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E PROTEÇÃO DE DADOS.

Coordenador: Márcio Góes do Nascimento, Secretário de Informática

12.1 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aprimorar o Domínio de Serviços de TIC

Ações

12.1.1 Implantar mecanismos de Inteligência Artificial nas aplicações judiciais

Responsável: Álvaro Rogers Cardoso Alvão, Coordenador de Aplicações

(Concluído) ✓

Foram implantados mecanismos para execução dos projetos de Inteligência Artificial e capacitação de servidores para aplicação de Inteligência Artificial: infraestrutura, ferramentas e técnicas.

12.1.2 Implantar técnicas de mineração de texto para auxiliar os processos de levantamento de informações nos dados não estruturados produzidos nos sistemas do TJPA.

Responsável: Álvaro Rogers Cardoso Alvão, Coordenador de Aplicações

(Concluído) ✓

Foram implementadas técnicas de mineração de texto que consiste em uma série de aplicações que utilizam Inteligência Artificial para otimizar a análise e a classificação de decisões judiciais e outros documentos no sistema. As principais entregas foram: (1) uma aplicação para identificar decisões interlocutórias criminais relacionadas ao recebimento de denúncia, ajustando dados e melhorando a conformidade com o CNJ; (2) uma ferramenta para analisar termos de audiências, extraindo informações sobre acordos e mediadores; (3) uma aplicação para identificar destinatários e tipos de medidas protetivas em decisões interlocutórias; (4) uma ferramenta para identificar temas em decisões de sobrestamento devido a precedentes obrigatórios; (5) a evolução do Painel de Demandas Predatórias e Repetitivas, com integração de dados e criação de alertas para petições semelhantes; (6) uma aplicação para categorizar erros no PJe, ajudando na identificação e priorização de correções; e (7) um painel para análise de Conflitos de Competência, com análise detalhada dos tipos, agentes envolvidos e o impacto temporal desses conflitos na prestação jurisdicional. Essas soluções visam melhorar a qualificação dos dados, otimizar processos e aumentar a conformidade com os padrões de qualidade do CNJ.

12.1.3 Aperfeiçoar a gestão da qualidade das aplicações

Responsável: Álvaro Rogers Cardoso Alvão, Coordenador de Aplicações

(Concluído) ✓



Foi produzido Relatório de aperfeiçoamento da gestão das aplicações com implantação da ferramenta SonarQube e ampliadas as utilizações das tecnologias JUnit, XUnit, OpenShift e Selenium, reforçando o compromisso com a qualidade de software produzido no TJPA.

12.1.4 Implantar a automação do atendimento dos serviços de TIC

Responsável: Ramon Santos do Nascimento, Coordenador de Atendimento ao Usuário

(Concluído) ✓

Foi produzido um canal de atendimento automatizado dos serviços de TIC com a utilização de ferramentas e soluções tecnológicas com o intuito de simplificar e agilizar os processos internos, bem como reduzir seus custos aplicados aos atendimentos dos serviços de TIC.

12.1.5 Implantar solução de infraestrutura em nuvem

Responsável: Erick Johny Maciel Bol, Coordenador de Suporte Técnico.

(Concluído) ✓

Disponibilizada a infraestrutura em nuvem para hospedar aplicações que hoje encontram-se unicamente nas dependências do Tribunal, possibilitando mais disponibilidade e escalabilidade.

12.1.6 Automatizar a Gerência de Configuração nos Ativos de Infraestrutura de TIC

Responsável: Erick Johny Maciel Bol, Coordenador de Suporte Técnico.

(Concluído) ✓

Foi realizada automação da coleta automática da configuração dos ativos de infraestrutura, subsidiando disciplinas como Gerência de Configuração, Mudança e Incidentes.

12.1.7 Aprimorar a arquitetura lógica de DataCenter

Responsável: Erick Johny Maciel Bol, Coordenador de Suporte Técnico.

(Concluído) ✓

Realizadas ações para melhoria da arquitetura lógica de DataCenter com as premissas de segurança, alta disponibilidade e escalabilidade.

12.1.8 Reestruturar e Atualizar os Circuitos de Dados das unidades judiciárias

Responsável: Erick Johny Maciel Bol, Coordenador de Suporte Técnico.

(Concluído) ✓



A Rede de circuitos de dados foi reestruturada e atualizada considerando as premissas de segurança, alta disponibilidade e escalabilidade.

12.1.9 Implantar serviço de VOIP

Responsável: Erick Johny Maciel Bol, Coordenador de Suporte Técnico.

(Concluído) ✓

Implantado o serviço de VoIP, que é a interligação da estrutura de telefonia com os circuitos de dados.

12.1.10 Instalar solução de WiFi

Responsável: Fábio Venicius Ferreira dos Reis

(Concluído) ✓

Foram instalados 1627 APs de wifi implantados em 149 unidades judiciais, finalizando o projeto em 100% das unidades em todo o estado do Pará.

12.1.11 Migrar Banco de dados do Sistema Arrecadação Extrajudicial de Oracle Database 10g para Oracle Database 19c

Responsável: Erick Johny Maciel Bol, Coordenador de Suporte Técnico.

(Concluído) ✓

Foi criado o PDB e testado da aplicação do sistema de arrecadação extrajudicial em Oracle Database 19c, após isso foi realizado a migração do banco de dados do sistema de arrecadação extrajudicial de produção para Oracle Database 19c e finalmente foram realizados os ajustes no sistema de arrecadação extrajudicial de produção para Oracle Database 19c.

12.1.12 Implantar nova solução de backup

Responsável: Marcus Vinicius Barbosa e Silva.

(Concluído) ✓

Foi implantada a infraestrutura e posteriormente realizado a migração das rotinas de backup para a nova solução.

12.1.13 Implantar novos clusters Openshift

Responsável: Marcus Vinicius Barbosa e Silva.

(Concluído) ✓

Foi realizado a instalação dos novos clusters.

12.1.14 Integrar o PJe à plataforma consumidor.gov.br

Responsável: Carlos Diego Pojo de Brito Souza, Chefe da Divisão de Implementação de Projetos

(Concluído)✓

A etapa de análise da integração entre a plataforma "Consumidor.gov" e o sistema PJe foi concluída, proporcionando uma visão detalhada sobre as possibilidades de interoperabilidade entre as duas plataformas.

Durante a análise, foram abordados os seguintes aspectos:

Mapeamento dos fluxos de dados; adequação aos requisitos legais e normativos; Viabilidade técnica; e impacto nos usuários.

Com base nos resultados da análise, um plano de implementação foi elaborado, incluindo cronograma, recursos necessários e etapas de testes para assegurar que a integração seja realizada de maneira eficiente e sem falhas.

A etapa de implementação da integração entre a plataforma "Consumidor.gov" e o sistema PJe foi concluída com êxito, e as soluções técnicas estão plenamente operacionais em ambiente de produção. A integração agora permite uma troca de informações fluida e eficiente entre as duas plataformas, proporcionando agilidade no tratamento de reclamações consumeristas e demandas judiciais, com total conformidade legal e segurança dos dados.

12.2 INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aprimorar o Domínio de Governança e Gestão de TIC

12.2.1 Implementar o processo de Segurança de informação

Responsável: Erick Johny Maciel Bol, Coordenador de Suporte Técnico.

(Concluído)✓

Processo de Segurança da Informação implantado seguindo o arcabouço de boas práticas disponível atualmente.

12.2.2 Estruturar o monitoramento da segurança de informação

Responsável: Erick Johny Maciel Bol, Coordenador de Suporte Técnico.

(Concluído)✓

Monitoramento da Segurança da Informação estruturado através da contratação da ferramenta SOC (Security operation center).

12.2.3 Implantar processos de Gerenciamento de TIC

Responsável: Erick Johny Maciel Bol, Coordenador de Suporte Técnico/Ramon Santos do Nascimento, Coordenador de Atendimento ao Usuário/Márcio do Nascimento Góes, Secretário de Informática

(Concluído)✓

Realizada avaliação e implantada melhorias nos processos de gerenciamento de serviços de TIC, que viabilizarão uma maior eficiência na operação do ambiente tecnológico do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.